

**FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO
ESTADO DE SÃO PAULO**

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2017

PROCESSO Nº. 1289/2016

DATA DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: 12/05/2017 ÀS 09h00min.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES ATÉ: 12/05/2017 ÀS 09h00min.

ABERTURA DO ENVELOPE “PROPOSTA”: 12/05/2017 ÀS 09h00min.

LOCAL DE ENTREGA DAS PROPOSTAS E DA LICITAÇÃO: Avenida Professor Frederico Herman Jr. nº 345, prédio nº 12, 1º andar - Setor de Licitações e Compras – Bairro Alto de Pinheiros – São Paulo/SP.

O Senhor Eduardo Soares de Camargo, Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, a competência delegada pelos artigos 3º do Decreto estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, torna público que se acha aberta, nesta Fundação, a licitação do Processo nº 1289/2016, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROJETO E EXECUÇÃO DE OBRAS DE GALPÃO INDUSTRIAL NO PEJY - PARQUE ESTADUAL JUQUERY**, sob o regime de empreitada por **MENOR PREÇO GLOBAL**, que será regida pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, com alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e Lei 13.121/2008 que alterou o artigo 40 da Lei nº 6.544/89, dispondo sobre a inversão de fases do certame, a licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO**.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo as propostas e os documentos de habilitação, **acompanhados da declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação**, serão recebidos em sessão pública que será realizada na Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, localizada na Avenida Professor Frederico Herman Jr. nº 345, prédio nº 12, 1º andar - Setor de Licitações e Compras – SLC – Bairro Alto de Pinheiros – São Paulo/SP, iniciando-se no dia **12/05/2017 ÀS 09H00MIN** horas será conduzida pela Comissão Julgadora de Licitação.

O edital na íntegra será fornecido gratuitamente no endereço acima, das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, bem como através de download pelo site da Fundação Florestal www.fflorestal.sp.gov.br e: www.enegociospublicos.com.br.

1. DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROJETO E**



EXECUÇÃO DE OBRAS DE GALPÃO INDUSTRIAL NO PEJY - PARQUE ESTADUAL JUQUERY, LOCALIZADO NA AV. MIGUEL SEGUNDO LERUSSI, S/ Nº, PARQUE INDUSTRIAL, 07859-390 FRANCO DA ROCHA, sob o regime de empreitada por MENOR PREÇO GLOBAL, conforme Memorial Descritivo e demais anexos que integram este Edital.

1.1. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O objeto desta Tomada de Preços deverá ser executado no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da entrega da ART pela Contratada e da emissão da OS – ORDEM DE SERVIÇO da respectiva obra, pelo SEI – SETOR DE ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA e terminará com a entrega do Termo de Recebimento Definitivo, conforme cronograma físico-financeiro, conforme o Termo de Referência – Anexo I.

1.2. DA VALIDADE DAS PROPOSTAS

O prazo de validade da proposta, não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura dos envelopes contendo a “PROPOSTA” comercial.

1.3. DA VISTORIA

1.3.1. Para participação no procedimento licitatório, **É OBRIGATÓRIO** que as empresas interessadas deverão vistoriar o local para tomar conhecimento das instalações e acesso.

1.3.2. As visitas deverão ser marcadas através de e-mail ou através do telefone abaixo indicado, em horário comercial de segunda à sexta-feira das 08:00 às 17:00 horas, com o Gestor do Parque Sr. Francisco Honda.

- E-mail: chico.honda@fflorestal.sp.gov.br, A/C Francisco Honda.
- Fone: 11 - 4443 3106, com o Sr. Francisco Honda – Gestor.

1.3.3. A empresa interessada deverá comparecer ao local da vistoria no horário agendado munida do modelo constante do Anexo VII – (MODELO) ATESTADO DE VISTORIA, devidamente preenchido com as informações necessárias e específicas da contratação.

1.3.4. O Atestado de Vistoria deverá ser entregue junto com as documentações que compõem o envelope nº 2 – Documentos de Habilitação.

As vistorias realizadas antes da republicação do certame permanecem válidas. Não há necessidade de realizar nova vistoria.

2. DA PARTICIPAÇÃO

Poderão participar do certame:

2.1. Poderão participar desta licitação as empresas cujo objeto social seja compatível com o objeto desta Licitação, prévia e regularmente cadastradas junto ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP, na correspondente especialidade deste

Edital e estar o referido cadastro válido na data de entrega das propostas. Devem, ainda, atender a todas as condições fixadas no presente Edital.

2.1.1. Poderão participar, também, as empresas não cadastradas cujo objeto social seja compatível com o objeto desta Licitação, e que atenderem a todas as condições exigidas para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data de entrega das propostas, nos termos do artigo 22 – parágrafo 2º da Lei 8666/93 e alterações posteriores, junto à Unidade Cadastradora – UC – Fundação Florestal ou outra. Os documentos considerados necessários para tanto são aqueles relacionados nos subitens **5.1.1 a 5.1.5** deste Edital.

2.1.2. As orientações para cadastro/atualização junto ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP, encontram-se no sítio www.bec.sp.gov.br, no link “menu – cadastre sua empresa” e na seção II – DA INSCRIÇÃO, do anexo a que se refere o artigo 1º do Decreto Estadual nº 52.205, de 27 de Setembro de 2007 e Decreto estadual nº 55.884, de 01 de junho de 2010.

2.2. Ficam vedadas de participar desta licitação, as cooperativas legalmente constituídas e que atendam as condições deste edital, cujo objeto social ou razão de sua constituição, seja correlato a do objeto da licitação.

2.3. Poderão participar desta licitação, as microempresas e empresas de pequeno porte, assim consideradas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

2.4. A participação da licitante far-se-á isoladamente, **sendo vedada a participação de consórcios.**

2.5. As condições determinadas nesta Licitação, bem como o preço ofertado na Proposta Comercial, não poderão ser alterados, cancelados ou desconsiderados pela licitante, sob qualquer pretexto, após a data e horário estabelecidos como máximos para entrega dos envelopes.

2.6. A apresentação de proposta implica pleno conhecimento, pelas licitantes, das condições expressas neste Edital e seus Anexos, prevalecendo sempre, em caso de divergências, o disposto no edital.

2.7. DO CREDENCIAMENTO

2.7.1. Aos interessados em participar do ato público de abertura dos envelopes, representando qualquer licitante, será exigido o seu credenciamento, mediante apresentação de autorização por escrito, contendo nome completo, número do documento de identificação do credenciado, deste certame e do respectivo processo, com declaração do representante legal do proponente, devidamente assinada e com assinatura reconhecida por cartório, outorgando amplos poderes de decisão ao credenciado;

2.7.2. Estas autorizações ou credenciamentos deverão ser entregues pelos portadores ao Presidente da Comissão antes do início dos trabalhos de abertura dos envelopes, ficando retidos a fim de serem juntados aos autos;

2.7.3. Caso o participante seja titular da empresa proponente, deverá apresentar documento

que comprove sua capacidade para representá-la.

2.7.4. A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento, não inabilitará ou desclassificará a licitante, mas impedirá o seu representante de se manifestar ou responder pelo proponente nas respectivas sessões, cabendo tão somente, ao credenciado, o acompanhamento do desenvolvimento dos procedimentos, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos (art. 4º, da Lei Federal nº 8.666/93).

2.7.5. A licitante deverá informar ao Presidente da Comissão Julgadora de Licitação se a empresa é de pequeno porte (EPP) ou microempresa (ME).

3. DA APRESENTAÇÃO DA “DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO”, DA “PROPOSTA COMERCIAL E PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS” E DOS “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

3.1. A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes fechados e indevassáveis, devidamente rubricados contendo em sua parte externa:

3.1.1. Indicação da firma, razão ou denominação social;

3.1.2. O número desta TOMADA DE PREÇOS e do Processo;

**Envelope nº 1 – Proposta
Tomada de Preços nº 02/17
Processo nº 1289/2016**

**Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação
Tomada de Preços nº 02/17
Processo nº 1289/2016**

3.2. No local, data e horário estabelecidos neste edital para entrega e abertura das propostas, o representante legal da licitante ou bastante procurador constituído, deverá apresentar os seguintes documentos **fora dos envelopes nº 01 e 02:**

3.2.1. Tratando-se de representante legal de sociedade empresária ou cooperativa ou empresário individual, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro empresarial, registrado na Junta Comercial; ou, tratando-se de sociedade não empresária, ato constitutivo atualizado registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência dessa investidura;

3.2.2. Tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para negociar preço, interpor recursos, desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhada do correspondente documento, dentre os indicados no subitem 3.2.1, que comprove os poderes do mandante para a outorga;

3.2.3. Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, emitida pela licitante, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste edital, devidamente assinada por seu representante legal, declarando estar à mesma em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Fazenda Estadual e/ou Municipal, que atende as normas relativas à Saúde e à Segurança do Trabalho, que não se encontra em processo de falência ou concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, e ainda, que atende às exigências de habilitação jurídica, qualificação técnica e econômico-financeira exigidas no edital.

3.3. No local, data e horário estabelecidos neste edital para entrega e abertura das propostas, além do solicitado no item 3.1 do edital, a licitante deverá apresentar a proposta comercial, a Planilha de Quantidades e Preços e a documentação relativa à habilitação, dentro de envelopes independentes, abaixo identificados:

3.3.1. Envelope denominado “**Proposta Comercial - Envelope nº 01**”, que deverá conter a proposta comercial, conforme modelo apresentado no “ANEXO IV”, a Planilha de Quantidades e Preços e o Cronograma Físico-Financeiro, conforme modelo apresentado no ANEXO XIII e XIV.

3.3.1.1. Para o exercício do direito de preferência de que trata o subitem 9.5 deste edital, a qualidade de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, deverá estar expressa do documento “ANEXO IX deste edital – Declaração para Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Cooperativa, a ser entregue no Envelope nº 01, juntamente com a Proposta Comercial e a Planilha de Quantidades e Preços”.

3.3.2. Envelope denominado “**Documentação de Habilitação - Envelope nº 02**” que deverá conter os documentos exigidos no item 5.

3.4. A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou procurador, juntando-se cópia do instrumento de procuração.

3.5. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação por membro da Comissão Julgadora de Licitação.

Não serão aceitos documentos e propostas enviadas por via postal ou transmitidas por fac-símile (FAX) (art.3º, § 3º da Lei Federal nº 8.666/93).

4. PROPOSTA COMERCIAL - ENVELOPE Nº1

4.1. A proposta deverá ser encaminhada em um único envelope, fechado, sem emendas, rasuras, borrões ou observações, feitos à margem informando na parte externa “PROPOSTA”, e demais dados de identificação na forma do item 3.3.1, devendo internamente conter a **Proposta** juntamente com a **Planilha Quantitativa e Preços**, devidamente assinadas por quem de direito, encadernados e numerados em uma única via.

4.2. A “PROPOSTA” deverá conter, obrigatoriamente:



4.2.1. Nome, endereço completo; CNPJ e Inscrição Estadual/Municipal da Licitante.

4.2.2. Número da TOMADA DE PREÇOS e do Processo;

4.2.3 Descrição de forma clara e sucinta do objeto da presente licitação, em conformidade com o Memorial Descritivo Anexo I desta Tomada de Preços.

4.3. O preço ofertado, além de ser fixo e irrevogável, deverá estar expresso em moeda corrente nacional sem a inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária (Decreto Estadual nº 38.484 de 24/03/94).

4.4. Preços unitários e preço total, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

4.4.1. Os preços incluem todas as despesas diretas ou indiretas e as margens de lucro da Contratada, que se refiram ao objeto descrito e caracterizado no Memorial Descritivo e seus complementos, tais como: materiais e mão de obra; serviços de terceiros aplicados à execução do objeto ou em atividade de apoio; locações de máquinas e equipamentos, ou de imóveis e instalações auxiliares à obra; consumo de água, energia e telecomunicações, seguros legais ou contratualmente exigidos; encargos sociais e trabalhistas; impostos e taxas incidentes sobre a atividade econômica ou aos serviços em si; multas aplicadas pela inobservância de normas e regulamentos: alojamento, alimentação, vestuário e ferramentas; depreciações e amortizações; despesas administrativas e de escritório; testes laboratoriais ou outros eventualmente exigidos por norma técnica etc.

4.5. A condição de pagamento será de 30 (trinta) dias corridos, após a aprovação da nota fiscal pelo servidor responsável, sem qualquer incidência de atualização monetária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal e/ou fatura, na qual deverá constar, necessariamente, referência expressa aos números deste Processo e Contrato da Fundação para Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo e o seu objeto, com os seus campos integralmente preenchidos, demais comprovantes e, ainda, nos termos do item 11 deste edital.

4.6. Cronograma Físico-Financeiro de desenvolvimento dos serviços, observado os prazos fixados para início e conclusão das obras, deverá vir juntamente com a proposta comercial.

4.7. A proposta assinada por procuração deverá vir acompanhada do respectivo instrumento.

5. “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” - ENVELOPE Nº2

5.1. Para fins de HABILITAÇÃO, as empresas licitantes deverão apresentar no envelope “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” os documentos, devidamente encadernados, para que não existam folhas soltas, numeradas sequencialmente e rubricadas pelo representante legal ou credenciado da empresa:

a) A LICITANTE deverá estar cadastrada no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP, com o ramo de atividade compatível com o objeto do certame, e liberada para participar do certame, na data da apresentação das propostas. A Comissão Julgadora de Licitação, se necessário, diligenciará junto ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo CAUFESP.

b) Os documentos relacionados nos subitens de 5.1. a 5.1.6., são de apresentação **obrigatória para todos os licitantes.**

c) Na fase de habilitação, admitir-se-á o saneamento de falhas, desde que, a critério da Comissão Julgadora de Licitação.

d) Além da possibilidade de saneamento de elementos faltantes, nos termos da letra c, é possível à Comissão Julgadora de Licitação sanear eventuais erros materiais irrelevantes cometidos pelas LICITANTES, fundamentando sua decisão de classificação ou habilitação.

e) É facultado à Comissão Julgadora de Licitação ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a criação de exigência não prevista no edital.

5.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (Art. 28 da Lei Federal nº 8.666/93)

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa;

c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;

d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (art. 29 da Lei Federal nº 8.666/93)

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

c) Certidão negativa de débitos, certidão positiva com efeitos de negativa ou de regularidade de situação quanto aos tributos mobiliários, perante a Fazenda Municipal;

d) Certidão negativa de débitos, certidão positiva com efeitos de negativa ou de regularidade de situação quanto aos tributos perante a Fazenda Estadual;

e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos, certidão positiva com efeitos de negativa relativa a tributos federais e dívida ativa da União;



f) Certidão negativa de débitos (CND), certidão positiva com efeitos de negativa ou de regularidade de situação perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS (Art. 195 §3º da CF);

g) Certidão negativa de débitos, certidão positiva com efeitos de negativa ou de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Art. 195 § 3º CF c/c Art. 2º da Lei 9012 de 30/03/95).

5.1.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93)

Especificamente para os efeitos da qualificação técnica do licitante, prevista no artigo 30 – Incisos IV da Lei Federal no 8.666/93 a empresa deverá apresentar/comprovar:

A) OPERACIONAL

A.1) Certidão de Registro da empresa no CREA/SP, com validade na data de apresentação da proposta, devidamente atualizada em todos os seus dados cadastrais e contratuais. No caso da licitante vencedora domiciliada em outros estados, o certificado de registro expedido pelo CREA da região deverá, obrigatoriamente, conter a averbação de sua vigência do CREA/SP;

A.2) A proponente deverá apresentar atestado(s) de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza, de complexidade tecnológica e operacional igual ou superior, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que especifique(m) em seu objeto necessariamente os tipos de serviços realizados, com indicações das quantidades, prazo contratual, datas de início e término, e local da prestação dos serviços;

O(s) atestado(s) deverá(ão) conter:

- Prazo contratual, datas de início e término;
- Local da prestação dos serviços;
- Natureza da prestação dos serviços;
- Quantidades executadas;
- Caracterização do bom desempenho do licitante;
- Outros dados característicos; e,
- A identificação da pessoa jurídica emitente bem como o nome e o cargo do signatário.

B) PROFISSIONAL

B.1) A Capacidade Técnico Profissional, far-se-á mediante a comprovação pela licitante de possuir no seu quadro permanente, e/ou contratado, na data de apresentação da proposta, profissional (is) de nível superior - **01 (um) Engenheiro Civil e/ou Industrial e/ou Arquiteto, com experiência em coordenação, projeto e execução de serviços de construção de galpões industriais**, registrado(s) no CREA/CAU como responsável (is) técnico(s) da mesma, sendo ele(s) detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obra(s) ou serviço(s) de engenharia;

B.2) Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo CREA/CAU, e em nome do(s) responsável(eis) técnico(s) que se responsabilizará pela execução do objeto contratado e que faça parte do quadro permanente da licitante, todos com a finalidade de comprovar a supervisão das atividades referidas neste item 5.1.3;

OBS: A licitante deverá comprovar que o(s) profissional(ais) de nível superior, detentor(es) do(s) atestado(s) apresentado(s), pertence ao seu quadro permanente de pessoal e/ou contratado. A comprovação do vínculo empregatício poderá ser efetuada através da Ficha de Registro de Empregado, ou cópia autenticada da CTPS, no caso de profissional liberal contratado, mediante a apresentação do respectivo instrumento de contrato ou documento equivalente. Na hipótese do detentor do atestado ser proprietário ou sócio da empresa, a comprovação se dará mediante apresentação do Contrato Social em vigor.

5.1.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (Art.31 da Lei Federal nº 8.666/93).

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, a menos de 180 (cento e oitenta) dias, da data de recebimento dos envelopes Documentos de Habilitação e Proposta, se outro prazo de validade não estiver consignado em lei ou no próprio documento.

5.2. OUTRAS COMPROVAÇÕES

a) Comprovação, em via original, de situação regular perante o Ministério do Trabalho, nos termos do § 6º do artigo 27 da Lei Estadual nº 6.544/89, acrescentado pelo disposto no artigo 2º da Lei Estadual nº 9797/97, através da declaração, por escrito, da proponente, conforme enunciada no modelo do Decreto Estadual nº 42.911/98, na forma do **ANEXO VI** deste Edital.

b) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, inclusive em virtude das disposições da Lei estadual nº 10.218, de 12 de fevereiro de 1999 (**ANEXO III**).

c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei no 5.452, de 01/05/1943 e em conformidade com a Lei Federal nº 12.440 de 07/07/2011.

d) Termo de Ciência e Notificação subscrito por representante legal da licitante (Anexo VIII), elaborada em papel timbrado, atestando que estão cientes e notificados para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação junto ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO.

5.2.1. MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

a) As microempresas e empresas de pequeno porte ficam obrigadas a apresentar declaração comprobatória de que se enquadram na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, e de que no prazo de 02 (dois) dias úteis contados a partir da data em que for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, comprovarão a regularização de eventual restrição constante da documentação



de regularidade fiscal, sob pena de decadência do direito à contratação (§§ 1º e 2º, do art. 43 da LC 123/2006).

5.3. DA VISTORIA

5.3.1. Para participação no procedimento licitatório, **É OBRIGATÓRIO** que as empresas interessadas deverão vistoriar o local para tomar conhecimento das instalações e acesso.

5.3.2. As visitas deverão ser marcadas através de e-mail ou através do telefone abaixo indicado, em horário comercial de segunda à sexta-feira das 08:00 às 17:00 horas, com o Gestor do Parque Sr. Francisco Honda.

- E-mail: chico.honda@fflorestal.sp.gov.br, A/C Sr. Francisco Honda
- Fone: 11 - 4443 3106, com Sr. Francisco Honda

5.3.3. A empresa interessada deverá comparecer ao local da vistoria no horário agendado munida do modelo constante do Anexo VII – (MODELO) ATESTADO DE VISTORIA, devidamente preenchido com as informações necessárias e específicas da contratação.

5.4. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

a) Os interessados cadastrados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP, na correspondente especialidade, informarão o respectivo cadastramento e apresentarão apenas os documentos relacionados nos itens 5.1.1 a 5.1.5 que não tenham sido apresentados para o cadastramento ou que, se apresentados, já estejam com os respectivos prazos de validade, na data de apresentação das propostas, vencidos.

b) Para aferir o exato cumprimento das condições estabelecidas na alínea **a**, a Comissão Julgadora diligenciará junto ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP.

c) Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data da apresentação das propostas.

6. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

6.1. Qualquer documento poderá ser apresentado em cópia simples, acompanhado do original para ser autenticado pela Comissão Julgadora da Licitação, ou, a critério da licitante, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou ainda, por publicação em Órgão da Imprensa Oficial (art. 32 “Caput”).

6.2. Não serão aceitos protocolos de espécie alguma e não serão atendidos pedidos de juntada posterior de qualquer documento não colocado dentro dos respectivos envelopes, salvo a credencial do representante legal perante o certame.

7. DA ENTREGA DOS ENVELOPES

7.1. Os envelopes deverão ser entregues na data e horário limites designados neste Edital, no

prédio da Fundação Florestal, aos cuidados da Comissão de Licitação.

7.2. Não serão aceitos envelopes fora do prazo e local acima estabelecidos, nem permitidas alterações ou adendos entregues posteriormente, tampouco a inclusão de novos documentos nos envelopes.

7.3. Os representantes das licitantes ficam alertados de que deverão estar na sede da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo com bastante antecedência, posto que serão identificados na portaria central da empresa, antes de se dirigirem ao local da efetiva entrega dos envelopes. **Não serão aceitas alegações atribuídas a problemas de trânsito ou de qualquer outra natureza.**

8. ABERTURA E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1. Os envelopes serão abertos na data e horário designados neste edital, na sala de Reunião da Fundação Florestal.

8.2. É vedada a representação de mais de uma licitante por uma mesma pessoa.

8.3. Os atos em nome da licitante e relativos à licitação somente poderão ser praticados por seu representante legal, nos termos do seu Contrato ou Estatuto Social ou através de bastante procurador constituído através de procuração, com firma reconhecida, a ser apresentada fora dos envelopes nº 01 e 02, no ato da sessão.

8.4. Dos atos de cada sessão de abertura de envelopes e apreciação da documentação, será lavrada ata que conterá as principais ocorrências da reunião, inclusive eventuais manifestações dos representantes presentes, os quais juntamente com os integrantes da Comissão de Licitação, assinarão a mencionada ata.

8.5. Todas as propostas e os documentos serão rubricados pelas licitantes presentes e pelos integrantes da Comissão de Licitação.

8.6. As licitantes que estiverem com sua documentação em desacordo com quaisquer das exigências dispostas neste edital e/ou em desacordo com a veracidade dos fatos, serão consideradas inabilitadas, sem prejuízo das penalidades.

8.7. A FUNDAÇÃO FLORESTAL reserva-se o direito de solicitar às licitantes, quaisquer esclarecimentos, informações complementares ou relativas à composição de quaisquer preços que comprovem que os custos dos insumos são compatíveis e coerentes com os de mercado para a execução do objeto desta licitação, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários para melhor análise das propostas.

9. DA ABERTURA DA PROPOSTA COMERCIAL - ENVELOPE Nº 01

9.1. No local, data e horário indicados neste Edital de Tomada de Preços, em sessão pública, a Comissão Julgadora credenciará os representantes das empresas presentes e receberá a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação e os Envelopes nº 1 e nº 2 contendo, respectivamente, as propostas e os documentos de habilitação e, na sequência, procederá à abertura dos envelopes nº 1 – PROPOSTA, sendo que estes envelopes e as propostas, após verificados e rubricados por todos os presentes, serão juntados ao respectivo

processo.

9.2. Na análise das propostas apresentadas será verificado o atendimento a todas as condições estabelecidas neste Edital, podendo ser desclassificadas as propostas que:

- a) estiverem em desacordo com quaisquer das exigências deste Edital;
- b) condicionarem suas ofertas a aspectos e/ou fatores não previstos neste Edital;
- c) apresentarem referência a desconto, vantagens ou percentual sobre a proposta de outra licitante;
- d) apresentar valores totais que superem a previsão contida no orçamento de quantitativos e preços que integra este edital como Anexo XIII ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a demonstrar a sua viabilidade, conforme artigo 48 da Lei Federal nº 8666/93 e alterações posteriores.

9.3. Na hipótese de inabilitação de todos os licitantes, poderá, proceder-se consoante faculta o § 3º do Artigo 48, da Lei nº 8666/93, marcando-se nova data para abertura dos envelopes contendo a documentação mediante publicação no DOE.

9.4. As propostas serão classificadas em ordem crescente de valor.

9.5. Após a análise dos preços ofertados e com base na classificação será assegurada às licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal nº 11.488, de 15/06/2007, preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

DIREITO DE PREFERÊNCIA

A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos moldes indicados no subitem 9.5, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 10% (dez por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada para que apresente preço inferior ao da melhor classificada.

9.5.1. Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas.

9.5.2. Considerar-se-á como empate, situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

9.5.3. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa, empresa de pequeno porte e cooperativa mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte e cooperativa, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 9.5.2,

na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que se encontrem no intervalo estabelecido no item 9.5.2, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.5.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos itens 9.5.1, 9.5.2 e 9.5.3 acima, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.5.5. Aplicar-se-á o critério de desempate, somente quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

9.6. A Comissão Julgadora poderá a qualquer momento solicitar aos licitantes a composição de preços unitários dos serviços e/ou de materiais/equipamentos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários.

9.7. Os envelopes nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO das licitantes que tiveram propostas desclassificadas serão devolvidos fechados, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação.

9.8 Não se admitirá desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Julgadora da Licitação.

9.9. O julgamento da habilitação se fará a partir do exame dos documentos indicados no item 5 deste edital.

9.10. As propostas das licitantes serão classificadas e habilitadas pela Comissão Julgadora, sendo a adjudicação e a homologação de responsabilidade do Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo.

9.11. Fica reservado ao Diretor Executivo, desta Fundação, o direito de, a seu critério exclusivo, aceitar o resultado final apresentado pela Comissão Julgadora, anular o presente certame nos casos de ilegalidade do procedimento ou julgamento, de ofício, ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, e, ainda, revogá-lo por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta (art. 49).

9.12. Na hipótese de DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO de todas as proponentes, proceder-se-á consoante faculta o parágrafo único, do artigo 43, da Lei 6.544/89 e parágrafo 3º, artigo 48 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, marcando-se nova data para a Sessão de abertura.

10. ABERTURA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 02

10.1 Após o julgamento e classificação das Propostas Comerciais e tendo transcorrido o prazo de recurso “in albis” ou tendo havido desistência da apresentação de recurso por todas as licitantes, passará a Comissão de Licitação à abertura do Envelope nº 02 – Documentos De Habilitação das licitantes classificadas.

10.2. A abertura dos envelopes de DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO_– ENVELOPE Nº 02

das licitantes classificadas, caso não ocorra na mesma sessão de abertura dos envelopes nº 01, dar-se-á em local, data e horário a serem definidos pela Fundação Florestal e comunicados previamente às licitantes.

10.3. A Comissão de Licitação abrirá e apreciará a documentação relativa à habilitação das licitantes cujas propostas tenham sido classificadas até os 03 (três) primeiros lugares.

10.3.1. Em havendo inabilitação dentre os 03 (três) primeiros classificados, a Comissão de Licitação efetuará a abertura e apreciação da documentação relativa à habilitação dos concorrentes classificados quantos forem os inabilitados no julgamento a que se refere o item 10.3.

10.3.2. Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado da Comissão de Licitação.

10.4. Para habilitação de microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas, não será exigida comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que existam restrições impeditivas à contratação, sendo obrigatória a apresentação dos documentos que apresentem restrições.

10.4.1. A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa habilitada nestes termos e declarada vencedora deverá atender o disposto deste Edital.

10.5. A Comissão de Licitação habilitará as concorrentes classificadas.

10.6. Os envelopes fechados da Documentação de Habilitação – Envelope nº 02 serão devolvidos às licitantes desclassificadas, com sua confidencialidade preservada, mediante recibo ou consignação em ata, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação.

11. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

11.1. O resultado da decisão do julgamento das propostas será comunicado através de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, salvo assinatura de todas as licitantes na ata de Julgamento, comprovando ciência da decisão ou manifestação expressa nesse sentido.

12. RECURSOS

12.1. As licitantes que não concordarem com os atos do julgamento poderão interpor recursos do julgamento das propostas, da habilitação/inabilitação, anulação ou revogação da licitação, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do dia seguinte da ciência em ata ou da publicação da decisão no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

12.2. Os memoriais correspondentes aos recursos, devidamente identificados com a qualificação, identificação do peticionário e indicação dos meios de contato (telefone, e-mail, etc.), deverão ser endereçados à COMISSÃO DE LICITAÇÃO e entregues no PROTOCOLO CENTRAL da Fundação Florestal, observado o horário compreendido das 8h às 17h.

12.2.1. Não havendo reconsideração, o recurso seguirá para a Diretoria da Fundação Florestal para o julgamento.

12.3. As demais licitantes serão intimadas para se manifestarem sobre o recurso interposto.

13. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

13.1. A autoridade competente homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto da licitação ao vencedor habilitado que ofertar o menor preço global, conforme disposto no “Anexo IV” – Proposta Comercial.

14. CONTRATAÇÃO

14.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, cuja respectiva minuta constitui anexo do presente ato convocatório.

14.1.1. A Fundação Florestal reserva-se o direito de não contratar com a licitante declarada vencedora, mesmo que esta atenda as exigências contidas nesta licitação, caso algum fato superveniente até então não considerado vier a recomendar este procedimento.

14.2. Em cumprimento ao disposto na Lei Estadual nº 12.799, de 11/01/08, regulamentada pelo Decreto nº 53.455, de 19/09/08, Resolução SF 44, de 19/09/08, e Portaria CAFG nº 36, de 03/10/08, disponíveis para consulta no sítio www.bec.sp.gov.br – opção legislação, para que possa ser realizada a contratação, a licitante vencedora da licitação não poderá estar registrada no CADIN ESTADUAL.

14.2.1. Por ocasião da formalização do contrato, a Fundação Florestal verificará junto ao Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL, a existência de eventual registro que possa impedir a presente contratação.

14.2.2. A existência de registro no CADIN ESTADUAL caracterizará descumprimento às regras do instrumento convocatório, sujeitando-se a licitante vencedora, a critério da Fundação Florestal, à aplicação das sanções previstas no edital/contrato.

14.3. Sem prejuízo do disposto no item 14.2, em cumprimento ao disposto no Decreto Estadual nº 48.999, de 29.09.04, para a formalização do Contrato, a Fundação Florestal verificará, também, a existência de eventual registro no sítio www.sancoes.sp.gov.br que possa impedir a presente contratação.

14.4. A Fundação Florestal só efetivará o pagamento das obrigações decorrentes da contratação, caso a Certidão Negativa de Débito - CND-INSS esteja em vigor e/ou se não houver pendência de obrigação em nome da Contratada registrada no CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais.

14.5. Após a comunicação da homologação do resultado, a licitante vencedora será convocada para, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da convocação**, assinar o Contrato de acordo com a Minuta de Contrato, podendo o prazo ser prorrogado uma vez e por igual período, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e por motivo justificado e aceito pela Fundação Florestal.

14.6. Se por ocasião da formalização do contrato as Certidões de Regularidade de Débito da adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com prazos de validade vencidos a

Administração poderá verificar a situação por meio eletrônico hábil, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.6.1. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil a adjudicatária será notificada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem 14.6.1, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de não contratação e demais sanções pertinentes ao ato.

14.7. Para efeito de assinatura do contrato, a licitante microempresa, empresa de pequeno porte e cooperativa, deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

14.8. A comprovação de que trata o subitem 14.7, deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débito, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Fundação Florestal.

14.9. O prazo do contrato, decorrente desta licitação, será de **120 (cento e vinte) dias**, contado a partir da entrega da ART pela Contratada e da emissão da OS – ORDEM DE SERVIÇO da respectiva obra, pelo SEI – SETOR DE ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA e terminará com a entrega do Termo de Recebimento Definitivo.

14.10. Todos os serviços descritos deverão ser finalizados e entregues no prazo máximo de **120 (cento e vinte) dias**.

15. SANÇÕES

15.1. Se a Contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 86 e 87, da Lei federal nº 8.666/93, artigos 80 e 81, da Lei estadual nº 6.544/89, de acordo com o estipulado na Resolução nº 57/13, no que couber.

15.2. A licitante que ensejar o retardamento do certame, não mantiver a proposta ou fizer declaração falsa, inclusive aquela prevista no inciso I, do artigo 40, da Lei estadual nº 6.544/1989, com a redação dada pela Lei estadual nº 13.121, de 7 de julho de 2008, garantido o direito prévio de citação e ampla defesa, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas neste edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

15.3. Sem prejuízo da aplicação das sanções indicadas nos subitens 15.1 e 15.2, o descumprimento das obrigações previstas nos incisos I, II e III, do artigo 9º, do Decreto estadual nº 53.047/2008, sujeitará à Contratada a aplicação da sanção administrativa de proibição de contratar com a Administração Pública, estabelecida no artigo 72, parágrafo oitavo, inciso V, da Lei federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes a referida sanção, independentemente de sua responsabilização na esfera criminal.



15.4. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

16. GARANTIA

16.1. Para execução do CONTRATO fica estabelecido que será exigida da firma à qual for adjudicado o objeto da presente licitação, uma caução correspondente a 3% (três por cento) do valor contratado, para garantia das obrigações assumidas, que poderá ser prestadas em dinheiro, ou em títulos da dívida pública do Estado de São Paulo ou outra opção feita pelo adjudicatário, conforme art.56, parágrafo 2º, da Lei Federal nº.8.666/93 a qual, deverá ser prestada no prazo assinalado para a assinatura do contrato;

16.2. A garantia não vencerá juros e somente poderá ser liberada e devolvida a pedido do interessado, por escrito, após o cabal cumprimento do contrato, isto é, após o recebimento definitivo do objeto desta licitação.

17. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1. Os pagamentos, bem como as demais operações financeiras serão procedidos mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, no Banco do Brasil S/A, nos termos do Art. 1º, § único, do Decreto Estadual nº. 55.357, de 18/01/2010, após a liberação do Responsável pelo Setor de Engenharia e Infraestrutura da Fundação Florestal, que será a gestora do contrato, conforme Decreto nº. 42.857/98.

17.1.1. Os pagamentos serão condicionados a apresentação dos seguintes documentos:

a- Nota fiscal / fatura;

b- Planilha de medição dos serviços executados;

c- Cópias das guias de recolhimento dos encargos previdenciários (INSS e FGTS) resultante do contrato, devidamente quitadas, relativas ao mês de execução;

d- Cópia de folha de pagamento envolvendo o(s) empregado(s) que preste(m) serviços em decorrência do contrato a ser celebrado;

e- Prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação (CRS), fornecido pela Caixa Econômica Federal, com prazo de validade em vigor;

f- Certidão Negativa de Débito (CND), comprovando sua regularidade relativa à Seguridade Social, emitida pelo (INSS), com prazo de validade em vigor.

17.2. A não aceitação dos serviços pela Fiscalização implicará na suspensão imediata do pagamento.

17.3. Somente serão medidos os serviços executados, concluídos e aceitos pela Fiscalização.

17.4. Processada a medição, a Fiscalização autorizará a Contratada a emitir a respectiva nota fiscal e/ou fatura.

17.5. Os pagamentos referentes à execução dos serviços serão efetuados em conformidade

com as medições, correspondendo às etapas concluídas do cronograma da obra, mediante a apresentação dos originais da fatura.

17.6. Os pagamentos de cada parcela serão efetuados no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir de cada medição, observando-se para as respectivas realizações, o procedimento e as demais condições e prazos estabelecidos na minuta de termo de contrato, que constitui anexo integrante deste ato convocatório.

17.7. Havendo atraso no pagamento, sobre o valor devido incidirá correção monetária nos termos do artigo 74, da Lei estadual nº 6.544/89, bem como juros moratórios, estes a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro-rata tempore, em relação ao atraso verificado.

17.8. Constitui condição para a realização do pagamento a inexistência de registros em nome da contratada no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião do pagamento.

17.9. Os preços não serão reajustados.

18. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

18.1. A Fundação Florestal somente receberá as obras quando estas estiverem perfeitamente de acordo com o contrato e respectivos anexos.

18.2. Recebidas as obras, a responsabilidade da Contratada, no que se refere à qualidade, solidez, funcionamento e segurança dos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

18.3. O Termo de Recebimento Provisório será lavrado pelo responsável do acompanhamento, fiscalização e/ou Comissão de Vistoria, em até 15 (quinze) dias da data da comunicação por escrito da conclusão dos serviços por parte da Contratada.

18.4. Durante o prazo de observação das obras, no que tange à qualidade, solidez, funcionamento, segurança e outros pertinentes, que será de 30 (trinta) dias corridos, que abrange o período entre o recebimento provisório e o definitivo, fica a licitante vencedora obrigada a fazer, às suas custas, as substituições e reparações reclamadas em consequência de vícios de construção, montagens e outros por ventura existentes, que identificados pela Fiscalização quando da realização das vistorias visando a lavratura dos recebimentos provisórios e definitivos.

18.5. A emissão do Termo de Recebimento Definitivo estará condicionado após o decurso do prazo de observação, nos termos do disposto no artigo 73, inciso I, alínea “b” da Lei Federal nº. 8.666/93, considerando-se esta como término dos serviços.

18.6. Constatada irregularidade na execução do objeto contratual, a Administração, através da fiscalização, sem prejuízo das penalidades cabíveis, deverá:

a- Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, conforme o caso, determinando sua substituição/correção, ou rescindir o contrato;

b- Na hipótese de substituição/correção, a Contratada deverá fazê-lo em conformidade com a

indicação da fiscalização, sem que isso signifique novação contratual, mantido o preço inicialmente contratado;

c- Se disser respeito à diferença de quantidade, de partes ou peças, determinar sua complementação, ou rescindir a contratação.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. As licitantes devem ter pleno conhecimento dos elementos constantes da pasta que se constituem no edital e todos os seus anexos, bem como de todas as condições gerais e peculiares do local onde serão executados os serviços, objeto desta licitação, não podendo invocar, posteriormente, qualquer desconhecimento quanto aos mesmos.

19.2. A licitante vencedora não poderá transferir o Contrato resultante desta licitação, no todo ou em parte, sob pena de rescisão contratual.

19.3. Qualquer esclarecimento ou informação relacionada com o presente ato convocatório será prestada pelo Setor de Licitações e Compras, de segunda à sexta-feira das 09h00min às 12h00min e das 14h00min às 16h00min, devendo estas serem formuladas por escrito e encaminhadas, se por e-mail no endereço licitacoes@fflorestal.sp.gov.br.

19.4. A simples participação na presente licitação, caracterizada pela apresentação dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO", implica na sujeição a todas as exigências e condições estabelecidas neste ato convocatório.

19.5. Decairá o direito de impugnar os termos do presente edital, perante a Fundação Florestal, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes 'PROPOSTA', pelas falhas ou irregularidade que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso (art. 41, § 2º).

19.6. A aceitação da proposta vencedora obrigará seu proponente a execução integral do objeto desta Tomada de Preços, pelo prazo e condições oferecidas, não cabendo direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos e/ou serviços não cotados.

19.7. Todas as declarações e informações prestadas, em atendimento às normas do presente edital, sujeitam-se às penas da lei.

19.8. Os casos omissos serão regulados pelas Leis Estaduais nº 6.544/89 e 13.121/08 e Lei Federal nº 8.666/93, sendo apreciados e decididos pela Comissão Julgadora, submetendo-os, conforme o caso, à apreciação do Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo.

19.9. Será competente o Foro da Comarca de São Paulo, uma das Varas da Fazenda Pública, que fica eleito para qualquer procedimento relacionado com o processamento desta licitação, assim como para dirimir qualquer controvérsia sobre o contrato dela decorrente, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Serão exigidos do licitante vencedor, para a assinatura do contrato, os seguintes



documentos, salvo se aqueles apresentados para a habilitação estiverem, ainda, dentro de seu prazo de validade:

- a) Certidão negativa de débitos ou regularidade de situação perante o INSS;
- b) Certidão negativa de débitos ou regularidade de situação perante o FGTS -PIS e COFINS.
- c) Correspondência, com a indicação da conta corrente da empresa no Banco do Brasil S/A.
- d) Correspondência indicando e credenciando o representante legal devidamente habilitado para representá-la durante a gestão contratual.

20.2. Acompanham o presente edital os seguintes anexos, que dele fazem parte integrante:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA – MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXOS A
ANEXO II – DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO.
ANEXO IV – PROPOSTA COMERCIAL
ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO
ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO
ANEXO VII – (MODELO) ATESTADO DE VISTORIA.
ANEXO VIII - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO.
ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE.
ANEXO X - MODELO DE DECLARAÇÃO DA RECEITA BRUTA PARA MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE NÃO OPTANTE PELO REGIME ESPECIAL UNIFICADO DE ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES – SIMPLES NACIONAL
ANEXO XI - RESOLUÇÃO SMA 57/13
ANEXO XII - DADOS PARA FATURAMENTO
ANEXO XIII – PLANILHAS DE QUANTIDADES E PREÇOS
ANEXO XIV – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

São Paulo, 25 de abril de 2017.

Elisabeth Sutter
Subscritora do Edital

Eduardo Soares de Camargo
Diretor Executivo



FUNDAÇÃO FLORESTAL

Fls.Nº
Proc.Nº 1289/16



FUNDAÇÃO FLORESTAL

TDR - TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROJETO E EXECUÇÃO DE OBRAS DE GALPÃO INDUSTRIAL NO PEJY - PARQUE ESTADUAL JUQUERY

**SEI — SETOR DE ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA
ABR/2017**



1. OBJETO	23
2. INTRODUÇÃO	23
3. JUSTIFICATIVA	24
4. -NORMALIZAÇÃO	25
5. EXECUÇÃO DE SERVIÇOS	26
5.1. MANEJO AMBIENTAL.....	26
5.2. LEVANTAMENTO	27
5.3. PROJETO	27
5.3.1. MEMORIAL DE CÁLCULO	28
5.3.2. DESENHOS DE PROJETO	28
5.3.3. DESENHOS DE MONTAGEM	28
5.3.4. LISTA DE MATERIAIS	29
5.3.5. TELHAS.....	29
5.4. FUNDAÇÕES	29
5.5. PISO DE CONCRETO ARMADO.....	29
5.6. MONTAGEM DA ESTRUTURA	30
5.6.1. EQUIPAMENTOS UTILIZADOS	30
5.6.2. FABRICAÇÃO EM CAMPO	30
5.6.3. PROCEDIMENTOS DE MONTAGEM.....	30
5.6.4. PREPARAÇÃO DA MONTAGEM.....	31
5.6.5. MONTAGEM.....	31
5.7. AS BUILT.....	32
5.8. ART E LICENÇAS	32
5.9. DOCUMENTOS	32
6. FONTE DE CONSULTA	32
7. QUALIFICAÇÃO	33
7.1. OPERACIONAL	33
7.2. PROFISSIONAL	33
8. LOCALIZAÇÃO	34
9. VISITA TÉCNICA OBRIGATÓRIA	34
10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE	34
10.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	34
10.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE	35
10.2.1. FISCALIZAÇÃO	35
11. RECEBIMENTO E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS	35
12. SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS	36

OBJETO

Contratação de Serviços de Projeto e Execução de Obras de Galpão Industrial no PEJYY - Parque Estadual Juquery, localizado na Av. Miguel Segundo Lerussi, s/ nº, Parque Industrial, 07859-390 Franco da Rocha.



Figura 1 – Localização dos serviços via satélite.

INTRODUÇÃO

O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO e SMA — SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, através da FUNDAÇÃO FLORESTAL - FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, tem por objetivo contribuir para a conservação, manejo e ampliação das florestas de proteção e produção do Estado de São Paulo.

Com esse fim, apoia, promove e executam ações integradas voltadas para a conservação ambiental, a proteção da biodiversidade, o desenvolvimento sustentável, a recuperação de áreas degradadas e o reflorestamento de locais ambientalmente vulneráveis, realizando parcerias com órgãos governamentais e instituições da sociedade civil.

Também é responsável pela comercialização de produtos extraídos de florestas plantadas em áreas pertencentes ou possuídas pelo patrimônio do Estado.

Atualmente, a FUNDAÇÃO FLORESTAL é responsável pela gestão de 94 (noventa e quatro) Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável, sendo. Unidades de Conservação de Proteção Integral e Uso Sustentável:



- 32 Parques Estaduais;
- 15 Estações Ecológicas;
- 01 Floresta Estadual;
- 01 Reserva Estadual;
- 02 Reservas Extrativistas;
- 07 Reservas de Desenvolvimento Sustentável;
- 27 Áreas de Proteção Ambiental.
- 03 Áreas de Proteção Ambiental Marinha;
- 03 Áreas de Relevante Interesse Ecológico;
- 02 Monumentos Naturais.

A estas atribuições foram incorporadas atividades relacionadas às RPPN - Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e aquelas relativas às ARIES - Áreas de Relevante Interesse Ecológico.

Com objetivos mais específicos, pretende-se otimizar os sistemas de proteção das UC – Unidades de Conservação, criando-se infraestruturas para fiscalização e administração, melhorar a capacidade de gestão dessas unidades e incentivar o turismo sustentável nas áreas que tenham potencial.

JUSTIFICATIVA

O parque Juquery por estar inserido na região metropolitana é muito vulnerável a ações de degradação e vandalismo, tendo como maior ameaça a sua diversidade biológica os incêndios em vegetação natural.

Até o presente momento perdas significativas de fisionomias campestres do Cerrado e área de Mata Atlântica preservada pela unidade de conservação sofreram subtrações de 500 hectares para os incêndios, sendo a maior ameaça a queda de balões e incêndio criminosos.



Figura 2 - Foto do único galpão existente para os veículos.



Com o objetivo de melhorar a gestão, contemplando ainda as ações de preservação, proteção e monitoramento, o presente documento apresenta a necessidade de construção de um galpão industrial metálico para armazenamento de veículos, equipamentos e materiais do polo Juquery (Operação Corta Fogo).



Figura 3 - Exemplo de galpão metálico.

As edificações existentes na unidade são insuficientes para que se possa acondicionar todos os veículos e equipamentos.

-NORMALIZAÇÃO

As Normas a serem utilizadas estão listadas abaixo:

- NBR 8800:2008 - Projeto e Execução de Estruturas de Aço;
- NBR 14762:2010 - Dimensionamento de estruturas de aço constituídas por perfis formados a frio
- NBR 6122: Projeto e execução de fundações;
- NBR-6118: Projeto e construção de obras de concreto armado;
- NBR-6497: Levantamento geotécnico;
- NBR-6484: Execução de sondagens de simples reconhecimento dos solos
- Demais normas complementares.

Estas Normas ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas estabelecem os requisitos exigíveis para a execução de obras de contenção de encostas de rios com bolsa de concreto juntamente com normas complementares.

EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

Todos os materiais utilizados devem atender integralmente às especificações correspondentes adotadas pelas normas ABNT.

A Contratada deve colocar na obra todo o equipamento necessário à perfeita execução dos serviços, em termos de qualidade e atendimento ao prazo contratual, normas e segurança. A relação do equipamento a ser alocado deve ser ajustada às condições particulares vigentes e submetida, previamente, à apreciação da Fiscalização do SEI, que deve julgar a sua suficiência.

A Contratada deverá fornecer todo o material e mão de obra necessária para a execução dos serviços bem como todos os seus acessórios e serviços complementares como medições, laudos e etc.

A descrição dos materiais e forma de instalação, desenhos e demais descritivos técnicos fazem parte do serviço de levantamento e projeto da edificação. A aprovação dos materiais a serem utilizados nos serviços ficará a cargo do SEI - SETOR DE ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA da FFlorestal.

MANEJO AMBIENTAL

Na construção em unidades de conservação ambiental devem ser preservadas as condições ambientais exigindo-se, entre outros, os seguintes procedimentos:

- 1) Todo o material excedente de escavação ou sobras deve ser removido das proximidades dos dispositivos, de modo a não provocar entupimento, cuidando-se ainda que este material não seja conduzido para os cursos d'água, de modo a não causar seu assoreamento;
- 2) Nos pontos de descarga dos dispositivos devem ser executadas obras de proteção, de modo a não promover a erosão das vertentes ou assoreamento de cursos d'água;
- 3) Em todos os locais onde ocorrerem escavações, ou aterros necessários à implantação das obras, devem ser tomadas medidas que proporcionem a manutenção das condições locais através de replantio da vegetação nativa ou de grama;
- 4) Nas áreas de bota-fora e de empréstimos, necessárias à realização das valas de saída que se instalam nas vertentes, devem ser evitados os lançamentos de materiais de escavação que possam afetar o sistema de drenagem superficial;

- 5) O trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas de trabalho deve ser evitado tanto quanto possível, principalmente onde há alguma área com relevante interesse paisagístico ou ecológico.

LEVANTAMENTO

O levantamento consistirá na sondagem do terreno e, deverá ser a tipo a trado e deverá conter o mínimo de equipamentos descritos abaixo:

- a) Trados do tipo cavadeira e helicoidal;
- b) Hastes metálicas;
- c) Ponteira;
- d) Medidor de nível de água;
- e) Trena;
- f) Recipientes para coletas de amostras, etiquetas.

A executante deve estar com a programação de sondagem e ensaios a executar, informando as quantidades previstas e critérios executivos, fornecidos pela projetista. Qualquer alteração na programação deve ser aprovada pela fiscalização.

A executante deve entregar imediatamente, após a conclusão da sondagem, uma cópia do boletim de campo. A cota do nível do lençol freático deve ser registrada diariamente em cada sondagem em andamento e as profundidades da sondagem.

Ao se iniciar um novo turno de trabalho, devem ser registrados a cota do nível do lençol freático em cada sondagem em andamento e as profundidades da sondagem e dos revestimentos correspondentes. Em caso de se encontrar lençol artesianos, devem ser registrados seus níveis estático e dinâmico, e medida a sua vazão, após estabilização.

A sondagem deve ser iniciada após a limpeza da área necessária para a instalação dos equipamentos. Após a limpeza devem-se acondicionar os equipamentos e abrir um sulco ao seu redor para impedir a entrada de enxurrada.

Deverá ser emitido um relatório técnico e um laudo dos trabalhos levantados.

PROJETO

Tomando por base o resultado obtido nos levantamentos e sondagens, a Contratada deverá desenvolver um Projeto Executivo, o qual deve priorizar a qualidade final da edificação e prever minimizar as atividades de manutenção futura. O galpão deverá, obrigatoriamente, possuir dimensões mínimas de 22m x 20m com abertura frontal de 6m para entrada de veículos que serão abrigados no local.

O telhado deverá ser de duas águas com inclinação em função do tipo de telha definida em projeto. A ABNT NBR 8800 define para o estado limite de serviço de empoçamento de água em



coberturas e pisos a necessidade de evitar acúmulo de água em coberturas com inclinação menor que 5% (Item 11.6 da NBR 8800). Recomenda-se consultar o Manual Técnico de Telhas de Aço (ABCEM,2009).

Para as definições de execução do piso (concreto armado) é necessário levar em conta vários aspectos, como: terreno, tipo de uso, distribuição de cargas e a possível exposição a agentes químicos. Deverá ser prevista malha de aço dupla, com espaçadores e dimensionamentos compatíveis aos cálculos da Contratada, uma vez que será utilizado por veículos de grande porte. Deverão ser previstas as juntas de dilatação necessárias à minimização do efeito de trincas e fissuras por movimentação, bem como previsto acabamento com qualidade estética compatível ao pretendido.

O projeto arquitetônico deve apontar as soluções de vedação em todas as faces do galpão, sendo previstos caixilhos em dimensões que garantam conforto térmico e de iluminação.

MEMORIAL DE CÁLCULO

O memorial de cálculo envolve o conjunto de especificações e os cálculos estruturais de todas as etapas da construção.

Devem constar deste as normas usadas para definição dos carregamentos (ABNT NBR 6120, ABNT NBR 6123, ABNT NBR 8800, entre outras), as normas de dimensionamento, os materiais empregados nos elementos e nas uniões (solda e parafusos). Dado relevante é definir que sistema computacional que deverá ser usado para análise da estrutura e seu dimensionamento. Ainda assim, deve-se registrar com quais premissas o modelo estrutural foi definido e analisado.

DESENHOS DE PROJETO

Os desenhos de projeto devem conter todas as dimensões do que será executado, com nível de detalhamento que o torne exequível. Deverá apresentar de forma clara as denominações de todos os materiais utilizados de forma clara e com escalas que atendam as normas vigentes.

Um desenho unifilar com esses dados deverá fazer parte integrante do memorial de cálculo, permitindo que os desenhos de fabricação sejam realizados sem complicações.

DESENHOS DE MONTAGEM

Os desenhos de montagem devem indicar todas as dimensões da estrutura, rotulação das peças, dimensões de barras, detalhes para locação das bases sem prejuízo de qualquer outra informação necessário. Os desenhos de montagem devem ser elementos que viabilizem a confecção das peças em qualquer empresa do ramo, tornando-o um documento padrão para possíveis novas implantações nas mesmas dimensões.

LISTA DE MATERIAIS

Deverá conter as informações necessárias de quantitativo de todos os materiais estipulados em projeto, devendo estar listados por ordem de execução e subdivididos em grupos de serviço de mesma natureza, para que se observe o montante atribuído a cada etapa. Os materiais devem estar claramente apontados com quantidade e unidade de medida correspondente.

TELHAS

Existem diversos fabricantes de telhas de aço revestidas com isolamento térmico. A fabricação é baseada nas normas ABNT NBR 14513 e ABNT NBR 14514. No projeto poderão ser usadas telhas trapezoidais, o espaçamento entre terças para telhas trapezoidais pode ser definido consultando os manuais do fabricante para cada tipo de espessura.

Deverá ser previsto uma forma de controle de abertura na parte superior do telhado e nas laterais para a exaustão do ar quente e assim, promover a circulação cruzada de ar para o conforto térmico na edificação.

FUNDAÇÕES

As fundações deverão ser estabelecidas pela Contratada conforme resultado dos testes de sondagens realizados ao início das atividades descritas neste documento. Será de total responsabilidade garantir os dimensionamentos necessários à estabilidade estrutural da edificação. A menção das estacas escavadas é uma base adotada para referencial de valor deste termo; porém, caso haja apontamento de solo incompatível a este método, deverá ser indicado e executado o que se fizer necessário, sem que seja admitida a correção do valor da contratação.

As fundações devem suportar o esforço normal, horizontal, de arrancamento e de flexão. As fundações devem ser dimensionadas prevendo-se condições climáticas extremas.

A norma técnica NBR 6122 – Projeto e Execução de Fundações – prevê que a vida útil dessa estrutura seja de mais de 100 anos.

PISO DE CONCRETO ARMADO

Antes do início do lançamento do concreto, o solo deve ser preparado e compactado de acordo com o especificado. Deverá ser consultada a sondagem para obter conhecimento prévio a respeito do terreno onde o piso será executado.

A preparação da base deverá ser executada com colchão de areia e camada de brita. A sub-base definida pelo projeto se baseia nos dados da sondagem e nas cargas que irá suportar. A



presença da sub-base uniformiza o comportamento e aumenta a resistência, fazendo com que o pavimento e o solo funcionem como um conjunto, absorvendo as tensões decorrentes do uso.

Sobre a camada de brita deverá ser acomodada camada dupla de malha de aço com dimensionamento estipulado em projeto. As malhas deverão estar distanciadas por espaçadores coerentes, com pelo menos 5cm entre a última malha e o nível do piso acabado. Deverá ser utilizado concreto usinado com resistência de 40Mpa para que seja coerente ao uso.

O acabamento do piso deverá ser feito com niveladora do tipo "bambolê" com as juntas de dilatação conforme distanciamentos previsto por norma.

MONTAGEM DA ESTRUTURA

A montagem deverá seguir todas as etapas descritas em projeto e memorial descritivo,

EQUIPAMENTOS UTILIZADOS

Os principais equipamentos utilizados em montagem de estruturas metálicas são:

- Guindastes;
- Máquinas de solda;
- Equipamento para esmerilhamento ou corte;
- Oxiacetilênico;

FABRICAÇÃO EM CAMPO

A complementação da fabricação no campo, a cargo da montadora, é freqüente, e geralmente tem como finalidade:

- Ajuste e correção de peças, devido a alterações no projeto ou defeitos de fabricação;
- Fabricação de peças em falta, ou peças que pelas suas características foi decidido que fossem fabricadas no campo;
- Construção de dispositivos auxiliares de montagem e de segurança no trabalho, como andaimes, escadas, etc;
- Reparo de peças danificadas durante o transporte e armazenagem.

PROCEDIMENTOS DE MONTAGEM

A montagem deverá ser executada segundo uma sequência lógica, composta pelos seguintes procedimentos gerais:

- Verificação das bases e estruturas;
- Colocação de calços para assentamento;
- Pré-montagem;
- Montagem;



- Verificação, aperto final e grauteamento;
- Pintura.

PREPARAÇÃO DA MONTAGEM

Antes de iniciar a montagem propriamente dita, deve ser verificada toda a estrutura e as bases sobre as quais ela será assentada, com a finalidade de definir responsabilidades e evitar problemas futuros de montagem. A inspeção é feita a partir dos desenhos, listas de material e especificações.

Quanto às estruturas devem ser verificados os seguintes itens:

- Quantidades;
- Dimensões;
- Posição e diâmetro dos furos;
- Deformações que possam ter ocorrido no transporte e armazenamento.

As bases de concreto devem ser verificadas quanto aos seguintes itens:

- Dimensões;
- Localização;
- Distância entre bases;
- Elevação do topo;
- Posicionamento, dimensões e projeção dos chumbadores acima do topo das bases.

MONTAGEM

As peças deverão ser posicionadas no local de montagem de modo que as estruturas fiquem perfeitamente posicionadas, niveladas e alinhadas.

Esta fase da montagem é acompanhada por uma equipe de topografia, e são utilizados calços e cunhas para realizar o nivelamento. Após o posicionamento as peças são unidas com solda ou parafusos.

Para garantia da estabilidade estrutural, algumas podem necessitar de escoras, para proteção contra cargas do vento ou outras solicitações.

Antes de ser dado o aperto final nos parafusos de ligação, especialmente nos chumbadores, o concreto das fundações deverá estar completamente curado e todos os parafusos deverão ter recebido um aperto prévio razoável.

Após a colocação das placas de base das estruturas e dos calços de ajustagem, restará um espaço intersticial, que deverá ser preenchido com argamassa de graute, de modo a preencher todas as cavidades, garantindo o nivelamento das superfícies das fundações e o perfeito apoio das estruturas sobre estas.

AS BUILT

O As Built deverá seguir a **NBR 14645-1: ELABORAÇÃO DE “COMO CONSTRUÍDO” OU “AS BUILT” PARA EDIFICAÇÕES**. O trabalho consistirá no levantamento de todas as medidas existentes, transformando as informações aferidas, em um desenho técnico e um memorial descritivo que irá representar a atual situação das encostas, passeios e etc.

Desta forma, cria-se um registro das alterações ocorridas durante a obra, facilitando a manutenção de futuras intervenções.

Estes registros deverão conter os desenhos em formato eletrônico DWG, PDF, os memoriais descritivos de execução deverão entregues em formato eletrônico em DOCX e PDF e todos os documentos deverão ser impressos em papel sulfite 75g/m², assinados e gravados em 2 (dois) pendrives (flash memory USB conector A).

ART E LICENÇAS

Emitir todas as ART – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA junto ao conselho de classe CREA – CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, AGRICULTURA E AGRIMENSURA, por um Engenheiro Civil, necessárias para a execução das obras, medições, laudos e aprovação definitiva para o uso.

Obter aprovação das licenças, se necessárias e se aplicáveis junto aos órgãos competentes e fiscalizadores como CETESB, Prefeitura Municipal e etc.

DOCUMENTOS

Deverá ser entregue toda a documentação, referente aos levantamentos topográficos, sondagens, e procedimentos, alvarás e licenças dos órgãos responsáveis. Estes alvarás e licenças deverão ser entregues após aprovados, memoriais descritivos de execução e todas as atividades devem possuir uma ART (Anotação de Responsabilidade técnica) corespondente junto aos órgãos de classe.

FONTE DE CONSULTA

A fonte da consulta para a fixação de valores foi seguida a última versão do Boletim de Custos da CPOS – COMPANHIA PAULISTA DE OBRAS E SERVIÇOS (boletim.cpos.sp.gov.br). Quando não previsto o serviço neste índice, utilizou-se pesquisa do índice PINI (piniweb.pini.com.br) e preço de mercado com no mínimo três orçamentos.

QUALIFICAÇÃO

Especificamente para os efeitos da qualificação técnica do licitante, prevista no artigo 30 – Incisos IV da Lei Federal no 8.666/93 a empresa deverá apresentar e comprovar:

OPERACIONAL

Certidão de Registro da empresa no CREA/SP, com validade na data de apresentação da proposta, devidamente atualizada em todos os seus dados cadastrais e contratuais. No caso da licitante vencedora domiciliada em outros estados, o certificado de registro expedido pelo CREA da região deverá, obrigatoriamente, conter a averbação de sua vigência do CREA/SP.

A proponente deverá apresentar atestado(s) de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza, de complexidade tecnológica e operacional igual ou superior, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que especifique(m) em seu objeto necessariamente os tipos de serviços realizados, com indicações das quantidades, prazo contratual, datas de início e término, e local da prestação dos serviços.

O(s) atestado(s) deverá(ão) conter:

- Prazo contratual e datas de início e término;
- Local da prestação dos serviços;
- Natureza da prestação dos serviços;
- Quantidades executadas;
- Caracterização do bom desempenho do licitante;
- Outros dados característicos; e,
- A identificação da pessoa jurídica emitente bem como o nome e o cargo do signatário.

PROFISSIONAL

A Capacidade Técnica Profissional far-se-á mediante a comprovação pela licitante de possuir no seu quadro permanente, e/ou contratado, na data de apresentação da proposta, profissional (is) de nível superior:

- 01 (um) Engenheiro Civil e/ou Industrial e/ou e/ou Arquiteto, registrado(s) no CREA como responsável (is) técnico(s) da mesma, sendo ele(s) detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obra(s) ou serviço(s) de engenharia; e

Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo CREA, e em nome do(s) responsável(eis) técnico(s) que se responsabilizará pela execução do objeto contratado e que faça parte do quadro permanente da licitante, todos com a finalidade de comprovar a supervisão das atividades referidas.

A licitante deverá comprovar que o(s) profissional(ais) de nível superior, detentor(es) do(s) atestado(s) apresentado(s), pertence ao seu quadro permanente de pessoal e/ou contratado. A



comprovação do vínculo empregatício poderá ser efetuada através da Ficha de Registro de Empregado, ou cópia autenticada da CTPS, no caso de profissional liberal contratado, mediante a apresentação do respectivo instrumento de contrato ou documento equivalente. Na hipótese do detentor do atestado ser proprietário ou sócio da empresa, a comprovação se dará mediante apresentação do Contrato Social em vigor.

LOCALIZAÇÃO

PEJY - Parque Estadual Juquery localizado na Av. Miguel Segundo Lerussi, s/ nº, Parque Industrial, 07859-390 Franco da Rocha.

VISITA TÉCNICA OBRIGATÓRIA

Para participação no procedimento licitatório, é obrigatório que as empresas interessadas vistorem o local para tomar conhecimento das instalações e acesso.

As visitas deverão ser marcadas através do e-mail ou telefone abaixo indicados, de segunda à sexta-feira das 08:00 às 17:00 horas, com o Gestor do parque Sr. Francisco Honda.

- E-mail: chico.honda@fflorestal.sp.gov.br
- Fone: (11) 4443-3106

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Para a execução dos serviços a contratada deverá:

- Efetuar o pagamento de todos os tributos e obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato;
- Submeter à aprovação da fiscalização os produtos, objeto do contrato;
- Conforme dispõe o art. 441 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), a coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enfeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada ou lhe diminuam o valor;
- Além disso, o art. 12 da Lei nº 8.078/1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor) dispõe que o fabricante, produtor, construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação,



construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos;

- O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

FISCALIZAÇÃO

- Fiscalização é a atividade que deve ser realizada de modo sistemático pelo contratante e seus prepostos, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.
- O contratante manterá, desde o início dos serviços até o recebimento definitivo, profissional ou equipe de fiscalização constituída de profissionais habilitados, os quais deverão ter experiência técnica necessária ao recebimento dos produtos a serem fornecidos. Os fiscais poderão ser servidores do órgão da Administração ou pessoas contratadas para esse fim.

Os principais aspectos a serem observados pela fiscalização para a execução dos serviços devem atender às seguintes normas e práticas complementares:

- Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos;
- Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CONFEA/CREA;
- Normas técnicas da ABNT e do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro).

RECEBIMENTO E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

Será realizada vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, ficando o contratado obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

O prazo de conclusão dos serviços será de **120 (Cento e vinte)** dias contado a partir da entrega da ART pela Contratada e da emissão da OS – ORDEM DE SERVIÇO da respectiva obra, pelo SEI – SETOR DE ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA e terminará com a entrega do Termo de Recebimento Definitivo, conforme cronograma físico-financeiro.



FUNDAÇÃO FLORESTAL

Fls.Nº
Proc.Nº 1289/16

O pagamento será efetuado mensalmente, conforme cronograma físico-financeiro e, 30 dias após a vistoria, aprovação e emissão de Nota Fiscal.

SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS

Serão de responsabilidade da Fundação Florestal - SEI – Setor de Engenharia e Infraestrutura, que designará o gestor responsável pela supervisão e recebimento dos produtos.

A aprovação dos documentos entregues, não isenta da contratada de suas responsabilidades pela garantia da qualidade dos serviços especificados.

São Paulo, 25 de abril de 2017.

Eng. José Roberto Muratore

Setor de Engenharia e Infraestrutura – SEI
Diretoria Administrativa e Financeira – DAF
Fundação Florestal – FF

**ANEXO II - DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO**

Eu _____ (nome completo), representante legal da empresa (nome da pessoa jurídica), interessada em participar no processo licitatório, na modalidade Tomada de Preços nº 02/2017, da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal no Estado de São Paulo, declaro, sob as penas da lei, que atendemos integralmente aos requisitos de habilitação estabelecidos em Edital.

São Paulo, de de 2017.

representante legal
(com carimbo da empresa)

OBS.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da Licitante

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

**À
Fundação para Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo**

Declaramos para os devidos fins de direito, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato impeditivo para participação em licitação e contratação com a Fundação para Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, sob as penas da Lei que, nos termos do artigo 1º da lei nº 10.218, de 12 de fevereiro de 1.999, não possuímos diretor, gerente ou empregado que tenham sido condenados por crime ou contravenção em razão da prática de atos de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, ou pela adoção de práticas inibidoras, atentatórias ou impeditivas do exercício do direito à maternidade ou de qualquer outro critério discriminatório para a admissão ou permanência da mulher ou homem no emprego.

São Paulo, de de 2017.

(razão social da empresa, nome e cargo da pessoa que assina)

Obs.: este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante.

ANEXO IV - PROPOSTA COMERCIAL

À

FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Avenida Professor Frederico Herman Jr, 345 – Prédio 12 - 1º Andar – Bairro Alto de Pinheiros - São Paulo - SP

TOMADA DE PREÇOS nº 02/2017

PROCESSO FF nº 1289/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROJETO E EXECUÇÃO DE OBRAS DE GALPÃO INDUSTRIAL NO PEJY - PARQUE ESTADUAL JUQUERY.

1) Após analisarmos os termos da licitação em referência, bem como as condições previstas no Memorial Descritivo – Anexo I, propomo-nos a executar os serviços, objeto em referência, pelo **valor total** de R\$ _____ (_____), conforme planilha abaixo:

DESCRIÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL
SERVIÇOS DE PROJETO E EXECUÇÃO DE OBRAS DE GALPÃO INDUSTRIAL NO PE JUQUERY.	120 (cento e vinte) dias	R\$
TOTAL GERAL		R\$

2) O preço acima é final e nele estão incluídos todos os custos, tributos, taxas, encargos sociais e demais despesas relativas ao serviço objeto da Licitação, de forma a se constituírem nas contraprestações a ser paga pela **Fundação Florestal**.

3) Declaramos estar de acordo com todos os termos do Edital e seus Anexos, bem como não existir nenhum fato impeditivo para celebrar contrato com a **Fundação Florestal**.

4) O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data de sua apresentação à **Fundação Florestal**.

5) Os serviços serão executados no período de 120 (cento e vinte) dias, conforme definido no Memorial Descritivo - Anexo I deste Edital.

6) Prazo de vigência do Contrato é de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável, nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93.

7) Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias contados da data de apresentação da Nota Fiscal devidamente aprovada.

Assinatura do Represente da empresa

Nome:

Cargo:

ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO Nº 1289/2016

CONTRATO Nº

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A **FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**, E A EMPRESA _____, PARA A **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROJETO E EXECUÇÃO DE OBRAS DE GALPÃO INDUSTRIAL NO PEJY - PARQUE ESTADUAL JUQUERY**.

Aos ___ dias do mês de _____ do ano de ____, nesta cidade, ____, compareceram de um lado **FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**, com sede à Avenida Professor Frederico Herman Jr, nº 345, Alto de Pinheiros, nesta Capital, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 56.825.110/0001-47, e com Inscrição Estadual nº 111.796.293.112, neste ato representada pelo Senhor _____, RG nº _____, no uso da competência conferida pelo _____ doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa _____ com sede, à Rua _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, e pelos mesmos foi dito na presença das testemunhas ao final consignadas, que em face da adjudicação efetuada na licitação _____, conforme despacho exarado às fls. _____ do Processo nº _____, pelo presente instrumento avençam um contrato de prestação de serviços de _____, sujeitando-se às normas da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, inclusive Resolução SMA nº 57/2013, e às seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROJETO E EXECUÇÃO DE OBRAS DE GALPÃO INDUSTRIAL NO PEJY - PARQUE ESTADUAL JUQUERY**, de acordo com o Memorial Descritivo – Anexo I da Tomada de Preços nº 02/2017, proposta da **CONTRATADA** e demais documentos constantes do Processo nº 1289/2016.

1.1. O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com a eficácia e a qualidade requeridas.

1.2. O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

À CONTRATADA, além das obrigações estabelecidas em cláusulas próprias deste instrumento e seus anexos, bem como daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federais e estaduais sobre licitações, cabe:

I - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo.

II - Responsabilizar-se integralmente pelas obras e/ou serviços porventura executados com vícios ou defeitos, em virtude de ação ou omissão, negligência, imperícia, imprudência ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, inclusive aqueles que acarretem infiltrações de qualquer espécie ou natureza, que deverão ser demolidos e/ou refeitos, sem ônus para o CONTRATANTE.

III - Responsabilizar-se pelos serviços de proteção provisórios, necessários à execução do objeto deste contrato, bem como pelas despesas provenientes do uso de equipamentos.

IV - Manter durante toda execução contratual os seguintes seguros, encaminhando as respectivas apólices ao CONTRATANTE:

a) risco de responsabilidade civil do construtor;

b) contra acidentes do trabalho; e

c) riscos diversos de acidentes físicos decorrentes da execução do objeto deste contrato, além de outros exigidos pela legislação pertinente.

V - Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de acidentes do trabalho, não cobertas pelo seguro.

VI - Reparar ou reconstruir partes da obra danificadas por incêndio ou qualquer sinistro ocorrido na obra, independentemente da cobertura seguro, no prazo determinado pelo CONTRATANTE, contado a partir da notificação expedida para tanto.

VII - Manter vigilância, constante e permanente, sobre os trabalhos executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe toda a responsabilidade por quaisquer perdas e/ou danos que eventualmente venham a ocorrer.

VIII - Informar à área de segurança do CONTRATANTE os nomes e funções dos empregados da CONTRATADA que estarão atuando na execução da reforma em questão.

IX - Fornecer, ao CONTRATANTE, os dados técnicos de seu interesse, e todos os elementos e informações necessárias, quando por estes solicitados.

X - Cumprir as posturas do Município e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços, especialmente as disposições do Decreto estadual 53.047/2008, obrigando-se a utilizar produtos ou subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa que tenham procedência legal e, no caso de utilização de produtos e subprodutos listados no artigo 1º, do referido decreto, proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica cadastrada no “Cadastro Estadual de Pessoas Jurídicas que comercializam, no Estado de São Paulo, produtos e subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira – CADMADEIRA”.

XI- Organizar o almoxarifado, estocando, convenientemente, os materiais de sua propriedade e os fornecidos para a execução da reforma objeto deste contrato, responsabilizando-se pela sua guarda e distribuição.

XII - Cumprir e fazer com que todo o pessoal em serviço no canteiro de obras observe os regulamentos disciplinares, de segurança e de higiene existentes no local de trabalho, devendo observar as exigências

emanadas da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes- CIPA e, principalmente, as contidas na legislação em vigor.

XIII - Manter, permanentemente, no canteiro de obras, pelo menos um representante autorizado/preposto, devidamente credenciado junto ao CONTRATANTE, para receber instruções, bem como para proporcionar à equipe de fiscalização do CONTRATANTE toda a assistência necessária ao bom cumprimento e desempenho de suas tarefas.

XIV - Providenciar a confecção e colocação, às suas expensas, em lugar visível do canteiro, de placa de acordo com o modelo que será fornecido pelo CONTRATANTE.

XV - Assegurar livre acesso à fiscalização do CONTRATANTE aos locais de trabalho e atender a eventuais exigências solicitadas, no prazo por ele estabelecido, bem como fornecer as informações solicitadas.

XVI - Apresentar para controle e exame, sempre que o CONTRATANTE o exigir, a Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados e comprovantes de pagamentos de salários, apólices de seguro contra acidente de trabalho, quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos empregados que prestam ou tenham prestado serviços ao CONTRATANTE, por força deste contrato.

XVII - Assumir inteira responsabilidade pelos danos ou prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do objeto deste contrato, diretamente por seu preposto e/ou empregados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento feito pelo CONTRATANTE. Nessa hipótese o CONTRATANTE poderá reter pagamentos devidos à CONTRATADA, na proporção dos prejuízos verificados, até a solução da pendência.

XVIII - Providenciar o licenciamento e outros requisitos para a instalação do canteiro de obras e execução dos serviços, sendo também responsável por todas as providências, bem como pelo pagamento de taxas e emolumentos junto às concessionárias de serviços públicos, para efetivação das ligações definitivas de água, telefone, energia elétrica, esgoto, gás e outros pertinentes, sendo estas condições necessárias ao recebimento definitivo da obra.

XIX - Responsabilizar-se, pelo período de 5 (cinco) anos, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, pela reparação, às suas expensas, de qualquer defeito, quando decorrente de falha técnica comprovada, na execução das obras objeto deste contrato, sendo responsável pela segurança e solidez dos trabalhos executados, assim em razão dos materiais, como do solo, conforme preceitua o artigo 618 do Código Civil Brasileiro.

XX - Ter pleno conhecimento das condições do local onde serão executados os serviços.

XXI - Propiciar aos seus empregados às condições necessárias para o perfeito desenvolvimento dos serviços, fornecendo-lhes os equipamentos e materiais para o bom desempenho e controle de tarefas afins.

XXII - Identificar todos os equipamentos de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE.

XXIII - Manter a disciplina entre seus empregados, aos quais será expressamente vedado o uso de qualquer bebida alcoólica, bem como, durante a jornada de trabalho, desviar a atenção do serviço.

XXIV - Substituir qualquer integrante de sua equipe, cuja permanência no serviço for considerada inconveniente, no prazo determinado pelo CONTRATANTE.

XXV - Manter pessoal habilitado, uniformizado, num só padrão, devidamente identificado através de crachás com fotografia recente.

XXVI - Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE.

XXVII - Dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

XXVIII - Prestar os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre seus serviços.

XXIX - Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados.

XXX - Preservar e manter o CONTRATANTE à margem de todas as reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza referentes aos serviços.

XXXI – Além das obrigações acima listadas a contratada para a execução dos serviços deverá também:

- Efetuar o pagamento de todos os tributos e obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato;
- Submeter à aprovação da fiscalização os produtos, objeto do contrato;
- Conforme dispõe o art. 441 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), a coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada ou lhe diminuam o valor;
- Além disso, o art. 12 da Lei nº 8.078/1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor) dispõe que o fabricante, produtor, construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos;
- O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. Para a execução dos serviços objeto do presente contrato, o CONTRATANTE obriga-se a:

I - Expedir ordem de início dos serviços - OS.

II - Fornecer à CONTRATADA todos os dados necessários à execução do objeto do contrato, considerada a natureza dos mesmos.

III - Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste contrato.

IV - Exercer fiscalização dos serviços.

V - Permitir aos técnicos e empregados da CONTRATADA amplo e livre acesso às áreas físicas do CONTRATANTE envolvidas na execução deste contrato, observadas as suas normas de segurança internas.

VI - Providenciar a desocupação de ambientes, quando for o caso.

VII - Prestar aos empregados da CONTRATADA informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados, e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar.

VIII - Indicar gestor do contrato, nos termos do artigo 67 da Lei federal nº. 8.666/93.

VIX – Além das obrigações acima listadas a contratante para a execução dos serviços deverá também:

3.2. Fiscalização

- Fiscalização é a atividade que deve ser realizada de modo sistemático pelo contratante e seus prepostos, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.
- O contratante manterá, desde o início dos serviços até o recebimento definitivo, profissional ou equipe de fiscalização constituída de profissionais habilitados, os quais deverão ter experiência técnica necessária ao recebimento dos produtos a serem fornecidos. Os fiscais poderão ser servidores do órgão da Administração ou pessoas contratadas para esse fim.

Os principais aspectos a serem observados pela fiscalização para a execução dos serviços devem atender às seguintes normas e práticas complementares:

- Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos;
- Instruções e resoluções dos órgãos do sistema Confea/CREA;
- Normas técnicas da ABNT e do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro).

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO E VISTORIAS

4.1. Serão realizadas vistorias pelo CONTRATANTE ou prepostos devidamente qualificados, que terão por objetivo a avaliação da qualidade e do andamento dos serviços prestados; a medição dos serviços executados para efeito de faturamento; e a recepção de serviços concluídos, especialmente ao final da obra.

4.1.1. Todas as vistorias serão realizadas pela CONTRATANTE e deverão ser acompanhadas pelo responsável técnico, indicado pela CONTRATADA.

4.1.2. A realização das vistorias deverá ser registrada no diário da obra, e as anotações da fiscalização no mesmo terão validade de comunicação escrita, devendo ser rubricadas pelos representantes de ambas as partes.

4.1.3. A CONTRATADA manterá no local o livro diário da reforma, devendo o CONTRATANTE receber as segundas vias das folhas do mesmo. Nesse livro estarão registrados os trabalhos em andamento, condições especiais que afetem o desenvolvimento dos trabalhos e o fornecimento de materiais, fiscalizações ocorridas e suas observações, anotações técnicas etc., servindo de meio de comunicação formal entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA - VALOR DO CONTRATO

O valor total deste contrato é de R\$ _____ (_____).

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da Estrutura Funcional Programática _____ - Elemento _____ - Código Local _____.

CLÁUSULA SEXTA - DAS MEDIÇÕES

As medições para faturamento deverão ocorrer a cada período de 30 (trinta) dias a partir da ordem de início dos serviços. Sob pena de não realização, as medições devem ser precedidas de solicitação da Contratada, com antecedência de 5 (cinco) dias, instruída com os seguintes elementos:

- a) relatórios escrito e fotográfico;
- b) cronograma refletindo o andamento da reforma;
- c) declaração, sob as penas da lei, afirmando que os produtos e subprodutos de madeira utilizados na obra são, exclusivamente, de origem exótica, ou, no caso de utilização de produtos e subprodutos de origem nativa:
 - c.1) se tais produtos e subprodutos forem aqueles listados no artigo 1º, parágrafo primeiro, do Decreto estadual nº 53.047/2008, declaração, sob as penas da lei, afirmando que procedeu as respectivas aquisições de pessoa jurídica cadastrada no CADMADEIRA;
 - c.2) apresentação das faturas e notas fiscais e demais comprovantes da legalidade da madeira utilizada na obra, tais como Guias Florestais, Documentos de Origem Florestal ou outros eventualmente criados para o controle de produtos e subprodutos florestais, acompanhados das respectivas cópias, que serão autenticadas pelo servidor responsável pela recepção.

6.1. Serão medidos apenas os serviços ou as parcelas dos serviços executados e concluídos conforme o disposto nos documentos que integram o presente contrato.

6.2. As medições serão registradas em planilhas que conterão a discriminação dos serviços, as quantidades medidas e seus preços, e serão acompanhadas de elementos elucidativos adequados, como fotos, memórias de cálculo, desenhos, catálogos, etc.

6.3. As medições serão acompanhadas por representantes das partes, sendo que eventuais divergências serão sanadas pelo representante do CONTRATANTE.

6.4. Caberá ao gestor do contrato, após cada medição conferir junto ao CADMADEIRA a situação cadastral do fornecedor dos produtos e subprodutos listados no artigo 1º, do Decreto estadual nº 53.047/2008, bem como instruir o expediente da contratação com o comprovante do respectivo cadastramento e com as cópias de documentos indicadas no “caput” desta cláusula.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

Os pagamentos referentes à execução da reforma e dos serviços serão efetuados em conformidade com as medições, correspondendo às etapas concluídas do cronograma da obra, mediante a apresentação dos originais da fatura.

7.1. Em consonância com as disposições contidas na Lei Complementar federal nº 116, de 31.07.03, e a propósito do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN incidente sobre a execução contratual:

- a) em cumprimento à legislação do Município do local da obra, o CONTRATANTE, na qualidade de responsável pelo crédito tributário deverá reter e recolher ao referido Município, no prazo legal ou regulamentar, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza- ISSQN, incidente sobre o valor das notas fiscais/faturas, apresentadas pela CONTRATADA;
- b) por ocasião da emissão das notas fiscais/faturas, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção relativo ao ISSQN, bem como indicar os valores não incluídos na base de cálculo do referido imposto, quando for o caso.

7.2. O primeiro pagamento não poderá se referir apenas à instalação da obra, devendo necessariamente corresponder também a serviços executados e ficará condicionado ao cumprimento pela CONTRATADA das seguintes providências de sua única e inteira responsabilidade:

- a) apresentação de cópia do certificado de matrícula da obra perante o INSS;
- b) entrega da via azul da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica da Obra, na qual deverá constar a referência expressa ao número do contrato, seu objeto, o número do processo com todos os seus campos integralmente preenchidos;
- c) colocação de placas;
- d) prova de comunicado à DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO – DRT- do início das obras;
- e) apresentação do comprovante de pagamento dos prêmios de seguros exigidos no contrato, vencidos até então.

7.3. Os pagamentos serão efetuados no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir de cada medição, observando-se para as respectivas realizações, o seguinte procedimento:

- a) a CONTRATADA deverá entregar os relatórios de medição na Fundação Florestal, situada na Avenida Prof. Frederico Herman Jr, nº 345 – Prédio 12 – 1º Andar – Alto de Pinheiros – São Paulo - SP, no prazo de dois dias após a sua realização, nos termos da cláusula sexta;
- b) o CONTRATANTE deverá aprovar os valores para fins de faturamento, comunicando essa aprovação à CONTRATADA no prazo de 3 (três) dias úteis do recebimento da medição;
- c) a CONTRATADA deverá apresentar a fatura no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados, nos termos da alínea anterior;
- d) a não aprovação dos valores nos termos da alínea “b” deverá ser comunicada à CONTRATADA, com a justificativa correspondente, no prazo estabelecido na mesma alínea “b”;
- e) as faturas emitidas contra o CONTRATANTE pela CONTRATADA deverão ser entregues no protocolo do Setor de Licitações, Contratos e Compras, sito à Avenida Prof. Frederico Herman Jr, nº 345 – Prédio 12 – 1º Andar – Alto de Pinheiros – São Paulo - SP.

7.4. Constitui condição para a realização do pagamento a inexistência de registros em nome da contratada no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião do pagamento.

7.5. Os atrasos no cumprimento dos prazos fixados nas alíneas “a” e “c”, do parágrafo anterior ensejarão a prorrogação do prazo estabelecido no *caput* do Parágrafo Terceiro por igual número de dias a que corresponderem os atrasos verificados.

7.6. Havendo atraso no pagamento, sobre o valor devido incidirá correção monetária nos termos do artigo 74 da Lei estadual nº 6.544/89, bem como juros moratórios, à razão de 0,5 (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*, em relação ao atraso verificado.

7.7. Os pagamentos serão feitos mediante crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA no Banco do Brasil S/A – Agência xxxxxxxxxxxx Conta Corrente xxxxxxxxxxxxxxxx.

7.8. Para os pagamentos, além da execução dos serviços registrados pelas medições, é necessário que a CONTRATADA tenha cumprido todas as exigências contratuais relativas a pagamentos e atendido possíveis exigências da fiscalização, sem o que as faturas não serão aceitas.

7.9. As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA para as devidas correções e, nessa hipótese, o prazo estabelecido no “caput”, do Parágrafo Terceiro será contado a partir da data de reapresentação das faturas, sem incorreções.

7.10. A devolução de qualquer fatura por desconformidade com a medição ou descumprimento de condições contratuais em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços.

7.11. A CONTRATADA deverá comprovar o pagamento do prêmio dos seguros exigidos, antes de todos os pagamentos mensais.

7.12. Para o último pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) baixa da matrícula da obra, com a respectiva CND do INSS;
- b) todos os projetos executivos e desenhos em conformidade com o construído (*as built*);
- c) manuais de operação e de manutenção, especificações e garantias de equipamentos e sistemas incorporados à obra por força deste contrato;
- d) relações de peças sobressalentes dos equipamentos e sistemas fornecidos; e
- e) resultados dos testes e ensaios realizados.

7.13. A realização de pagamentos não isentará a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, quaisquer que sejam, nem implicará aprovação definitiva dos serviços por ela executados.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE DE PREÇO

Os preços não serão reajustados.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO, CONDIÇÕES E ENTREGA DO OBJETO

O objeto do contrato deverá ser **executado** e concluído em 120 (cento e vinte) dias corridos contado a partir da entrega da ART pela Contratada e da emissão da OS – ORDEM DE SERVIÇO da respectiva obra, pelo SEI – SETOR DE ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA e terminará com a entrega do Termo de Recebimento Definitivo, conforme as condições estabelecidas na licitação indicada no preâmbulo deste instrumento e seus Anexos.

9.1. O objeto do contrato deverá ser executado no Parque Estadual Juquery, situado a Avenida Miguel Segundo Lerussi, s/n - Parque Industrial, CEP: 07859-390. Franco da Rocha/ SP, conforme especificações técnicas constantes do Anexo I, bem como todos os anexos da Tomada de Preços nº 02/2017, que integram este edital, observadas as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

9.2. Todos os projetos executivos e legais elaborados pela CONTRATADA deverão ser aprovados pelo CONTRATANTE. O desenvolvimento dos serviços obedecerá ao Cronograma Físico-Financeiro apresentado na proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Fica a CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões do objeto deste instrumento, observados os termos e limites previstos no §1º, do artigo 65, da Lei federal nº 8.666/93.

10.1. Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada por meio de Termo Aditivo ao presente contrato, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Para o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, a CONTRATADA prestou garantia sob a modalidade _____, no valor de R\$ _____, correspondente a 3% (três por cento) do valor da contratação, em conformidade com o disposto no artigo 56 da Lei federal nº 8.666/93, a qual vigorará pelo mesmo prazo de vigência do ajuste.

11.1. A garantia prestada deverá vigorar por prazo igual ao de vigência do presente contrato, sendo que, em caso de alteração contratual, a CONTRATADA deverá promover a complementação do respectivo valor, bem como de sua validade, se for o caso, de modo a que o valor da garantia corresponda ao percentual fixado no caput, facultada a substituição por qualquer das outras modalidades elencadas no § 1º, do artigo 56, da Lei federal nº 8.666/93.

11.2. O CONTRATANTE fica, desde já, autorizado pela CONTRATADA a promover perante a entidade responsável pela garantia, o levantamento de valor devido em decorrência de aplicação de penalidade de multa, na hipótese de não existir pagamento pendente em valor suficiente para quitar o débito, nos termos do item 13.1 da cláusula décima terceira deste contrato.

11.3. Verificada a hipótese do item 11.2, e não rescindido o contrato, a CONTRATADA fica obrigada a proceder ao reforço da garantia, no valor correspondente ao levantamento feito, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de recepção da notificação do respectivo abatimento, sob pena de suspensão dos pagamentos subsequentes.

11.4. A garantia prestada será restituída ou liberada após a expedição do Termo de Recebimento Definitivo da obra e dos serviços, e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente conforme dispõe o artigo 56, § 4º, da Lei federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato será de **120 (cento e vinte) dias corridos** contado a partir da entrega da ART pela Contratada e da emissão da OS – ORDEM DE SERVIÇO da respectiva obra, pelo SEI – SETOR DE ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA e terminará com a entrega do Termo de Recebimento Definitivo, conforme cronograma físico-financeiro, podendo ser prorrogado por termo aditivo, nas hipóteses previstas no artigo 57 § 1º da Lei federal 8666/93, mediante prévia justificativa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

Se a CONTRATADA inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei federal nº 8.666/93, artigos 80 e 81 da Lei estadual nº 6.544/89, de acordo com o estipulado na **Resolução nº SMA. 57/13**, no que couber, podendo ficar impedida de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos.

13.1. Sem prejuízo da aplicação das sanções indicadas no “caput” desta cláusula, o descumprimento das obrigações previstas nos incisos I, II e III, do artigo 9º, do decreto estadual nº 53.047/2008, sujeitará a contratada a aplicação da sanção administrativa de proibição de contratar com a Administração Pública, estabelecida no artigo 72, parágrafo oitavo, inciso V, da Lei federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes a referida sanção, independentemente de sua responsabilização na esfera criminal.

13.2. O CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar das faturas, os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas.

13.3. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO E RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DO CONTRATANTE

O contrato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei federal nº 8.666/93 e artigos 75 a 82 da Lei estadual nº 6.544/89.

14.1. A CONTRATADA reconhece, desde já, os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, prevista no Artigo 79 da Lei federal nº 8.666/93, e no artigo 77 da Lei estadual nº 6.544/89.

14.2. Rescindido o contrato, a CONTRATADA terá um prazo de 02 (dois) dias, a contar da data da publicação da rescisão contratual na imprensa oficial, para desmobilizar o canteiro e deixá-lo inteiramente livre e desimpedido.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto deste contrato será recebido pelo CONTRATANTE, **após inspeção física de qualidade por comissão ou servidor para tanto designado**, em conformidade com o disposto nos artigos 70 e 71 da Lei estadual nº 6.544/89 e 73 e 74 da Lei federal nº 8.666/93 e as regras específicas estabelecidas neste instrumento, no edital e anexos da licitação indicada no preâmbulo.

15.1. A vistoria para recebimento da obra será feita quando o local tiver plena condição de uso, com as ligações às redes públicas devidamente aceitas, limpo e higienizado. Constatada a conclusão dos serviços de acordo com o projeto, as especificações e as recomendações da fiscalização, o CONTRATANTE fornecerá o Termo de Recebimento Provisório da Obra, que terá validade por 30 (trinta) dias.

15.2. Decorrido esse período sem necessidade de quaisquer reparos, será entregue o Termo de Recebimento Definitivo. Se houver ocorrências que justifiquem o refazimento no todo ou em parte da obra ou dos serviços, a contagem do período de 30 (trinta) dias será recomeçada.

15.3. O recebimento da obra, bem como a aceitação dos serviços das etapas intermediárias, atesta o cumprimento das exigências contratuais, mas não afasta a responsabilidade técnica ou civil da CONTRATADA, que permanece regida pela legislação pertinente.

15.4. Havendo rejeição dos serviços no todo ou em parte estará a CONTRATADA obrigada a refazê-los, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, observando as condições estabelecidas para a execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: ADMINISTRAÇÃO/CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Para efeito do disposto nesta cláusula, a Diretoria Executiva da Fundação Florestal, nomeia o (s) Sr(S). Responsável (eis) _____, para exercer (em) a (s) função(ões) de Gestor(es)/Fiscal (is).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

É defeso à CONTRATADA a cessão ou transferência total ou parcial dos direitos e obrigações contratuais.



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica ajustado, ainda que:

I - Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos:

a) o Edital **Tomada de Preços nº 02/2017** e seus anexos;

b) a PROPOSTA apresentada pela CONTRATADA;

c) a Resolução SMA Nº 57, de 13/07/2013.

II - Serão de propriedade exclusiva do CONTRATANTE os relatórios, mapas, desenhos, diagramas, planos estatísticos e quaisquer outros documentos elaborados pela CONTRATADA, referente ao objeto por ela executado.

III - Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições da Lei federal nº 8.666/93, Lei estadual nº 6.544/89, no que couber, e disposições regulamentares.

IV - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do contrato, não resolvidas na esfera administrativas, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

E, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que lido e achado conforme pelas partes, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas:

São Paulo, _____ de _____ de 2017.

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

**ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS NORMAS
DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO**

À

Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo.

TOMADA DE PREÇOS N.º 02/17

Processo FF nº 1289/2016

A (denominação social da empresa), C.N.P.J.
nº....., localizada na (endereço completo da empresa), por
seu(s) representante(s) legal(is), interessada em inscrever-se no Cadastro Unificado de
Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP para participação em procedimentos
licitatórios, DECLARA, sob as penas da lei, que observa as normas relativas à saúde e
segurança no Trabalho, para os fins estabelecidos pelo parágrafo único do Artigo 117 da
Constituição do Estado de São Paulo.

São Paulo, de, de 2017.

ANEXO VII – (MODELO) ATESTADO DE VISITORIA

A APRESENTAÇÃO DO ATESTADO É OBRIGATÓRIA JUNTAMENTE COM A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

(ESTE MODELO DEVERÁ SER REDIGIDO PELO GESTOR DA UNIDADE EM PAPEL TIMBRADO DA FUNDAÇÃO FLORESTAL)

À

FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

TOMADA DE PREÇOS nº 02/2017

PROCESSO FF nº 1289/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROJETO E EXECUÇÃO DE OBRAS DE GALPÃO INDUSTRIAL NO PEJY - PARQUE ESTADUAL JUQUERY.

ATESTADO DE VISTORIA DAS ÁREAS

DECLARO, para os devidos fins, que o Sr. (a) (nome do representante da empresa) RG Nº. _____ representante da empresa (nome da empresa), CNPJ Nº. _____, efetuou vistoria nas áreas estabelecidas para a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A CONSTRUÇÃO DO BALCÃO METÁLICO NO PARQUE ESTADUAL JUQUERY**, através do TOMADA DE PREÇOS nº 02/2017, em conjunto com o Gestor da Unidade desta Fundação Florestal.

_____, ____ de _____ de 2017.

Nome: _____

RG: _____

Assinatura: _____

Gestor da Unidade



ANEXO VIII – TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO FLORESTAL

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATO Nº: XX/XXXX/XXX

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROJETO E EXECUÇÃO DE OBRAS DE GALPÃO INDUSTRIAL NO PEJY - PARQUE ESTADUAL JUQUERY.

Na qualidade de Contratante e Contratada, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o Artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando e, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

São Paulo, XX de XXXXXX de XXXX.

<NOME>
CONTRATANTE

<NOME>
CONTRATADA

ANEXO IX
DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À
FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Avenida Prof. Frederico Herman Jr 345 – Prédio 12 - 1º Andar – Alto de Pinheiros - São Paulo - SP

TOMADA DE PREÇOS nº 02/2017

Processo FF nº 1289/2016

(nome/razão social) _____, inscrita no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA, para fins do disposto no Edital da TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2017, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06.

_____, ____ de _____ de 2017.

representante legal

Obs: Esta declaração deverá ser entregue dentro do envelope nº 01 – Proposta, juntamente com a Proposta Comercial e Planilha de Quantidades e Preços.

ANEXO X
DECLARAÇÃO DA RECEITA BRUTA PARA MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE NÃO OPTANTE PELO REGIME ESPECIAL UNIFICADO DE ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES – SIMPLES NACIONAL

À FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Avenida Prof. Frederico Herman Jr 345 – Prédio 12 - 1º Andar – Alto de Pinheiros - São Paulo - SP

TOMADA DE PREÇOS nº 02/2017

Processo FF nº 1289/2016

..... (denominação social da empresa), CNPJ nº,
por seu representante legal, DECLARA, sob as penas da lei, na qualidade de microempresa, como não optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – SIMPLES NACIONAL, ter auferido no ano calendário anterior à realização da presente licitação, receita bruta nos limites estipulados pela legislação em vigor.

Ou

..... (denominação social da empresa), CNPJ nº,
por seu representante legal, DECLARA, sob as penas da lei, na qualidade de empresa de pequeno porte, como não optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – SIMPLES NACIONAL, ter auferido no ano calendário anterior à realização da presente licitação, receita bruta nos limites estipulados pela legislação em vigor.

_____, ____ de _____ de 2017.

(Nome da empresa Licitante)
(carimbo e assinatura do representante legal)

Obs: Esta declaração deverá ser entregue dentro do envelope “Documentação de Habilitação – Envelope nº 02”.

ANEXO XI - RESOLUÇÃO SMA Nº 57/13

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO DIA 13/07/2013

Resolução SMA-57, de 12-07-2013

Dispõe sobre a aplicação das sanções de advertência e multas relativas aos procedimentos de contratação, no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

O Secretário de Estado do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 3º do Decreto estadual 31.138, de 09-01-1990, com a redação dada pelo artigo 2º do Decreto estadual 33.701, de 22-08-1991, e considerando as disposições das Leis federais 8.666, de 21-06-1993, e 10.520, de 17-07-2002, e da Lei estadual 6.544, de 22-06-1989,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação das sanções de natureza pecuniária e de advertência, a que se referem o artigo 7º da Lei federal 10.520, de 17-07-2002, os artigos 81, 86 e 87, I e II, da Lei federal 8.666, de 21-06-1993, e os artigos 79, 80 e 81, I e II, da Lei estadual 6.544, de 22-06-1989, obedecerá às normas estabelecidas na presente Resolução.

Artigo 2º - As sanções serão aplicadas com observância dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Artigo 3º - As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo com garantia de prévia e ampla defesa, observado, no que couber, o procedimento estabelecido nas instruções contidas na Resolução da Casa Civil 52, de 19-07-2005, do Comitê de Qualidade da Gestão Pública, ou em outro ato regulamentar que a substituir.

CAPÍTULO II

DOS PRAZOS

Artigo 4º - **O prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis.**

Artigo 5º - Da decisão, **cabará recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados da notificação.

Artigo 6º - A contagem dos prazos de entrega e de início de execução será **feita em dias corridos**, iniciando-se no primeiro dia útil subsequente à data estabelecida no instrumento contratual.

Parágrafo único - Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente na Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

CAPÍTULO III

DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

Artigo 7º - A inexecução total ou parcial de contratos, assim como a execução irregular ou o atraso injustificado na execução, sujeitará o contratado à aplicação das seguintes sanções:

I - advertência; e/ou

II - multas.

Artigo 8º - A pena de advertência será aplicada a critério da autoridade, quando o contratado infringir obrigação contratual pela primeira vez, exceto nas contratações decorrentes de certames realizados na modalidade pregão, prevista na Lei federal 10.520, de 17-07-2002.

Artigo 9º - A pena de multa será assim aplicada:

I - de 30% do valor total corrigido da avença, no caso de inexecução total do contrato;

II - de 30% do valor corrigido da avença, relativo à parte da obrigação não cumprida, no caso de inexecução parcial do contrato;

III - de 1% do valor corrigido da avença, no caso de atraso injustificado na execução do contrato, acrescido de:

a) 0,2% ao dia, para atrasos de até 30 dias;

b) 0,4% ao dia, para atrasos superiores a 30 dias, no que exceder ao prazo previsto na alínea "a" deste inciso.

§ 1º - Os percentuais de que tratam as alíneas "a" e "b", do inciso III, deste artigo, incidirão sobre o valor total corrigido do contrato.

§ 2º - A reincidência no descumprimento do prazo de entrega ensejará a aplicação da multa em dobro.

§ 3º - O valor correspondente à multa aplicada poderá ser, a critério da Administração, descontado dos pagamentos devido sem decorrência da execução do contrato que ensejou a sanção, ou descontado da garantia prestada para o mesmo contrato.

§ 4º - Inexistindo o desconto nos moldes previstos no § 3º, deste artigo, o correspondente valor deverá ser recolhido, através de guia apropriada, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da notificação.

§ 5º - O valor da penalidade ficará restrito ao valor total do contrato.

§ 6º - A aplicação da penalidade de multa independe de prévia aplicação de penalidade de advertência.

Artigo 10 - O atraso injustificado superior a 60 (sessenta) dias corridos será considerado inexecução total, salvo razões de interesse público expostas em ato motivado da autoridade competente.

Artigo 11 - A recusa injustificada, impedimento decorrente de descumprimento de obrigações assumidas durante a licitação ou impedimento legal do adjudicatário em assinar o instrumento de contrato ou retirar instrumento



equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à multa de 30% valor total corrigido da avença.

Parágrafo único - o valor da multa de que trata este artigo,deverá ser recolhido, através de guia apropriada, no prazo de 10(dez) dias corridos contados da notificação.

Artigo 12 - O não pagamento das multas no prazo e formas indicados, implicará no registro de devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN e na inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 13 - As penalidades previstas neste capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, inclusive com as demais penalidades previstas nas Leis federais 8.666, de 21-06-1993, e 10.520, de 17-07-2002, e na Lei estadual 6.544, de 22-06-1989, observadas as prescrições legais pertinentes e as disposições estabelecidas nos respectivos instrumentos convocatórios e de contratos.

Artigo 14 - Independentemente das sanções estabelecidas nos incisos I e II, do artigo 9º, artigo 11 e artigo 13, a adjudicatária/contratada, em razão se sua inadimplência, arcará, ainda, a título de perdas e danos, com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação, se nenhum dos classificados remanescentes aceitar a contratação nos termos propostos pela inadimplente.

CAPÍTULO IV

DA COMPETÊNCIA

Artigo 15 - São competentes para aplicar, no âmbito das respectivas unidades de despesas, as sanções de advertência e multa, estabelecidas nesta Resolução, os ordenadores de despesas.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 16 - O valor das multas terá como base de cálculo o valor da contratação, reajustado, e atualizado monetariamente pelo índice da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP, desde a data do descumprimento da obrigação até a data do efetivo recolhimento.

Artigo 17 - A contagem do prazo será suspensa quando do recebimento provisório do material ou serviço, sendo retomado quando não aceito pelo contratante, a partir do primeiro dia útil seguinte ao da notificação da recusa.

Artigo 18 - Observado as disposições desta Resolução, a autoridade só poderá deixar de aplicar a sanção se verificado que:

I - não houve infração ou que o notificado não foi o seu autor;

II - a infração decorreu de caso fortuito ou força maior.

Artigo 19 - Esgotada a instância administrativa, as penalidades deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP, ou comunicadas às autoridades competentes, para fins de registro no referido Cadastro.

Artigo 20 - As disposições desta Resolução aplicam-se,também, aos contratos decorrentes de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 21 - Cópia desta Resolução deverá, obrigatoriamente, integrar os atos convocatórios dos certames, ou, nos casos de contratações com dispensa ou inexigibilidade de licitação, dos respectivos instrumentos de contrato.

Artigo 22 - Quanto às omissões desta Resolução, aplicam-se as disposições legais e regulamentares pertinentes.

Artigo 23 - A Chefia de Gabinete poderá expedir normas complementares, quando julgar necessárias, para orientação das ações a serem adotadas pelas unidades da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, no cumprimento das disposições desta Resolução.

Artigo 24 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

ANEXO XII - DADOS PARA FATURAMENTO

IMPORTANTE

1) As informações relacionadas abaixo deverão constar na nota fiscal:

FUNDAÇÃO PARA CONSERVAÇÃO E PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 56.825.110/0001-47 Inscrição Estadual nº 111.796.293.112

Endereço: Avenida Prof. Frederico Herman Jr 345 – Prédio 12 - 1º Andar – Alto de Pinheiros - São Paulo/SP. Cep: 05459-010.

OBS: Informamos, ainda, que é

2) **OBRIGATORIEDADE DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-e**, conforme legislação abaixo:

“Art. 7º - Deverão, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, os contribuintes que: (Redação dada ao artigo pela Portaria CAT – 173/09, de 01-09-2009; DOE 02-09-2009).”

III – Independentemente da atividade econômica exercida, a partir de 1º de dezembro de 2010, realizarem operações: (Redação dada ao inciso pela Portaria CAT-184/10 de 30-11-2010; DOE 01-12-2010; Retificação DOE 04-12-2010).”

OBS: Fica determinada a obrigatoriedade da apresentação da DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica), bem como da Nota Fiscal Eletrônica – NF- e a Fundação Florestal para providências.

3) **CADASTRO JUNTO À PREFEITURA DE SÃO PAULO – DECRETO Nº 56.610/2011 – ARTIGO 2º - INCISO I.**

Em obediência ao Decreto citado, esta Fundação, como Tomadora de Serviços, efetua o lançamento da Nota Fiscal no Sistema de Nota Fiscal Tomador de Serviço – NFTS, da Prefeitura Municipal de São Paulo – PMSP, e tal operação poderá gerar a retenção e o recolhimento de imposto para o município de São Paulo.

Diante desta situação ALERTAMOS que as empresas, prestadoras de serviços, DEVEM EFETUAR seu cadastro junto à PMSP de forma a buscarem sua regularização, a sua isenção e/ou estar ciente da devida retenção dos impostos, por parte da Tomadora.



FUNDAÇÃO FLORESTAL

Fls.Nº
Proc.Nº 1289/16

**ANEXO XIII
PLANILHAS DE QUANTIDADES E PREÇOS**

AS PLANILHAS ESTÃO DISPONÍVEIS PARA DOWNLOAD NO LINK:

<http://fflorestal.sp.gov.br/category/edital-licitacao/>

Obs: Estas Planilhas deverão ser entregues dentro do envelope nº 01 – Proposta, juntamente com a Proposta Comercial, com os valores correspondentes da proposta da licitante.



FUNDAÇÃO FLORESTAL

Fls.Nº
Proc.Nº 1289/16

ANEXO XIV
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O CRONOGRAMA ESTÁ DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD NO LINK:

<http://fflorestal.sp.gov.br/category/edital-licitacao/>

Obs: Este Cronograma deverá ser entregue dentro do envelope nº 01 – Proposta, juntamente com a Proposta Comercial, com os valores correspondentes da proposta da licitante.